

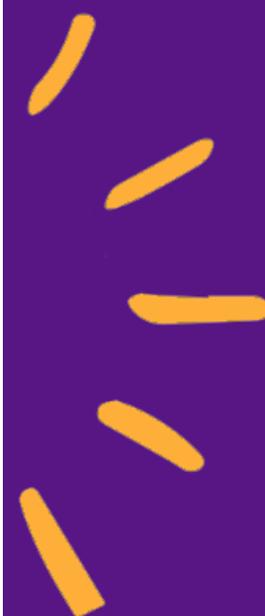


CONSCIÊNCIA e CORAGEM

Programa de governo

Prefeita VIRGINIA BALDAN

Vice POTIGUARA LIMA



Sumário

APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA.....	2
CARACTERIZAÇÃO DE VINHEDO.....	4
RIQUEZA SOCIAL E RECURSOS PÚBLICOS	11
SERVIÇO PÚBLICO	19
Propostas	24
SAÚDE	26
Propostas	32
EDUCAÇÃO.....	35
Propostas	41
ASSISTÊNCIA SOCIAL	43
Propostas	47
LUTA CONTRA AS OPRESSÕES	49
Propostas específicas sobre os direitos das mulheres.....	49
Propostas específicas sobre os direitos da população LGBTQIA+	52
Propostas específicas sobre os direitos da população negra	53
Propostas específicas sobre os direitos da população idosa	54
Propostas específicas sobre os direitos da população com deficiência	55
CULTURA.....	56
Propostas	56
ESPORTE E LAZER	57
Propostas	57
MEIO AMBIENTE	58
Propostas	60
Propostas específicas sobre os direitos dos animais	61
AGRICULTURA	62
Propostas	65
PLANEJAMENTO URBANO E SEGURANÇA	66
Propostas para o planejamento e mobilidade.....	66
Propostas para a segurança pública	68

APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA

Consciência e Coragem pra Mudar

Vivemos uma profunda crise de saúde em 2020 que agravou ainda mais os problemas sociais no país. As autoridades não se dispuseram ou não foram capazes de evitar a ampla disseminação da doença. O grande número de infectados levou a dezenas de milhares de mortes, deixando um rastro de sofrimento e dificuldades econômicas para inúmeras famílias brasileiras. O negacionismo da ciência e da gravidade da doença, junto com a insensibilidade diante do sofrimento e da vida de milhares de brasileiros (especialmente idosos) nos custou muito caro.

A crise do coronavírus escancarou os problemas estruturais do país. Moradias insalubres e formas de trabalho precárias, entre outras situações, impediram que milhões de brasileiras e brasileiros pudessem cuidar adequadamente de sua saúde.

E se já não bastasse todo o sofrimento vivido pelo povo, dirigentes políticos e econômicos têm utilizado a crise de saúde para justificar a piora dos serviços públicos, mais desemprego e menos direitos. Com isso, só aumenta a insegurança social e a juventude se vê sem perspectiva de futuro. Nós, do PSOL, estamos ao lado daqueles que defendem a saúde e condições de vida digna para toda a população como prioridades absolutas.

A construção de um programa político para Vinhedo pelo PSOL tem os objetivos de aprofundar o entendimento dos problemas sociais existentes na cidade e ampliar a força das trabalhadoras e trabalhadores para enfrentar esses problemas.

Por que Consciência e Coragem?

A participação na vida pública é muitas vezes vista com maus olhos pelo povo porque não são poucos aqueles que enxergam na política uma forma de obterem vantagens pessoais.

A política deve ser a busca pelo interesse comum. A lógica do interesse próprio favorece principalmente aqueles que têm mais condições para fazer valer seus interesses privados, que são os muito ricos. Não podemos aceitar essa lógica, temos que lutar para que o dinheiro pare de mandar na política.

Sem um projeto coletivo de transformação social, a política continuará sendo comandada pelos privilegiados. As classes dominantes se especializaram em jogar os trabalhadores contra os próprios trabalhadores para evitar união e luta por igualdade. Por isso, a consciência precisa estar junto com a coragem para enfrentar as injustiças sociais.

Só com muita luta conseguiremos construir uma alternativa política que enfrente as desigualdades e não aceite que os direitos da população sejam ignorados, gerando tanta humilhação e sofrimento.

Troca de favores, defesa de interesses particulares, ausência de crítica à política nacional e isenção diante dos conflitos sociais são posturas muito presentes em Vinhedo e cumprem um papel de despolitização.

A despolitização impede que as trabalhadoras e trabalhadores se conscientizem sobre as causas dos problemas que vivemos. Consequentemente, desanima e enfraquece uma participação coletiva capaz de enfrentar privilégios e mudar efetivamente a política.

O PSOL tem muito ânimo para continuar fortalecendo uma alternativa à política tradicional e provinciana que ainda domina Vinhedo. Apresentaremos nosso diagnóstico e nossas propostas a respeito da situação da cidade, apontando a organização e luta coletiva como único caminho para mudar a realidade.

Para honrar o histórico de resistência e conquista de direitos que muitas lutadoras e lutadores tiveram antes de nós, continuamos nossa atuação política na cidade fortalecendo a “Consciência e Coragem pra Mudar”!

CARACTERIZAÇÃO DE VINHEDO

Vinhedo é uma cidade do interior do Estado de São Paulo cuja história está relacionada à história do Brasil. Povos indígenas viviam na região, o que é apontado inclusive com a presença de sítios arqueológicos.

No período colonial, exploradores entravam nos interiores do Brasil à procura de riquezas minerais e do aprisionamento de índios. Por conta dessas entradas, abriam-se caminhos e criavam-se lugares para descanso. Nesses lugares formaram-se núcleos populacionais que se organizavam a partir de roças de subsistência e eventualmente de produtos a serem comercializados no limitado mercado interno (dado que a economia brasileira era voltada para a exportação de produtos primários que dessem lucro à metrópole e às classes dominantes locais).

O termo “Rocinha”, que designava o território onde hoje está Vinhedo, foi criado justamente pela presença de roças neste território. Já na segunda metade do século XIX a região participa do ciclo do café no interior paulista. A escravidão esteve presente no território de Rocinha, o que é registrado pela presença quilombola e de seus descendentes. Na segunda metade do século XIX, houve um influxo de imigrantes europeus para Rocinha, especialmente alemães, suíços e italianos. A partir da influência desses imigrantes foram desenvolvidas plantações de uva em Rocinha, atividade que seria referência para a nomeação da cidade após sua emancipação de Jundiá, em 1949.

Vinhedo expressa em seu histórico, portanto, a presença dos grandes grupos que formaram a população brasileira: indígenas, negros e imigrantes europeus. É comum que apenas a contribuição dos imigrantes europeus, e particularmente dos italianos, seja lembrada para a formação da cidade, por isso é fundamental que se conheça e valorize também as outras contribuições. Aprofundar o entendimento das diferentes referências culturais que constituíram a história da cidade permitirá que se supere preconceitos e aumente os laços de solidariedade.

Já no século XX, houve um processo de industrialização em Rocinha, inicialmente com uma indústria têxtil, mas progressivamente ganhando cada vez mais importância as indústrias químicas e de abrasivos. O processo de transformação econômica da cidade sempre acompanhou dinâmicas nacionais e regionais. Inicialmente Vinhedo era reconhecida pela produção agrícola, especialmente pelo cultivo de uva. Mas progressivamente a cidade passou a ser identificada pelas atividades industriais, de comércio e serviços. Segundo Diagnóstico produzido pela Prefeitura para subsidiar as discussões do Plano Diretor em 2019, Vinhedo contava com 530 indústrias instaladas,

8.270 prestadores de serviços e 3.731 comércios instalados. As Unidades de Produção Agropecuária foram sendo reduzidas ao longo do tempo e, em 2017 perfaziam 156, segundo levantamento da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo.

O processo de desagregação da agricultura em Vinhedo foi incentivado e amplificado pela política de criação de loteamentos fechados, comumente chamados condomínios. A “condominização” da cidade se iniciou na década de 1970 sob a inspiração de um ex-prefeito ao conhecer condomínios residenciais nos Estados Unidos. Inúmeros estudos acadêmicos apontam para dificuldades que a dinâmica de condomínios implica em relação à integração dos espaços urbanos. A demanda por conforto e segurança de famílias com rendas mais elevadas impõe um padrão de urbanização marcado pela segregação espacial. Essa segregação diz respeito a aspectos diversos, que vão do padrão estético de vias com extensos muros ao impasse associado ao acesso e usufruto de áreas públicas no interior dos loteamentos.

Os interesses em torno da criação de condomínios tem sido um elemento marcante no desenvolvimento da cidade ao longo das últimas décadas. E apesar do efeito destruidor sobre a agricultura e sobre a conservação do meio ambiente, a especulação imobiliária em torno de mais empreendimentos continua exercendo poderosa influência sobre os poderes executivo e legislativo vinhedenses.

Por outro lado, tem existido uma marcante mobilização social nos últimos anos para impedir que os negócios imobiliários atropелеm o que resta de áreas verdes na cidade, acabem de destruir o que resta de atividades agrícolas e comprometam a organização de aspectos básicos da vida na cidade como o abastecimento de água e a mobilidade urbana.

Síntese demográfica e inserção internacional da economia

Segundo o IBGE a população estimada de Vinhedo em 2020 é de 80.111 pessoas. O censo de 2010 registrou uma população de 63.611, o que aponta um crescimento de 26% da população em 10 anos. A área total do município é de 81,604 km² ou 8.160,4 hectares. E o PIB municipal era de R\$ 8.729.935.720,00 em 2017. Se o crescimento do PIB municipal seguiu a referência nacional, teríamos um valor pouco menor que R\$ 9 bilhões ao final de 2019.

Em 2019, segundo a Secretaria de Comércio Exterior do Ministério da Economia, Vinhedo exportou US\$ 309,19 milhões, sendo os principais destinos de exportação de Vinhedo a Argentina (US\$ 77,4 milhões), Chile (US\$ 35 milhões), Colômbia (US\$ 33,4

milhões) e Peru (US\$ 32,6 milhões). A cidade importou US\$ 583,28 milhões, principalmente da China (US\$ 105 milhões), Estados Unidos (US\$ 67,2 milhões), Alemanha (US\$ 90 milhões) e Argentina (US\$ 53,8 milhões).

As tabelas a seguir apresentam as 5 principais classes de produtos com maior participação na importação e exportação da cidade em 2019 e seus respectivos percentuais no total de valores importados e exportados. Podemos notar um volume expressivo de produtos que a cidade importa e produtos que são exportados de Vinhedo, o que indica uma razoável internacionalização da economia municipal.

Tabela 1. Principais classes de produtos importados por Vinhedo e participação no total de importações da cidade – 2019

Classes de Produtos	Valor FOB* (em US\$ milhões)	% no total importado
Preparações para barbear (antes, durante ou após), desodorantes (desodorizantes) corporais, preparações para banhos, depilatórios, outros produtos de perfumaria ou de toucador preparados e outras preparações cosméticas, não especificados nem compreendidos noutras posições; desodorantes (desodorizantes) de ambiente, preparados, mesmo não perfumados, mesmo com propriedades desinfetantes	37,8	6,5%
Medicamentos (exceto os produtos das posições 30.02, 30.05 ou 30.06 da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM) constituídos por produtos misturados ou não misturados, preparados para fins terapêuticos ou profiláticos, apresentados em doses (incluindo os destinados a serem administrados por via percutânea) ou acondicionados para venda a retalho	31,3	5,4%
Provitaminas e vitaminas, naturais ou reproduzidas por síntese (incluindo os concentrados naturais), bem como os seus derivados utilizados principalmente como vitaminas, misturados ou não entre si, mesmo em quaisquer soluções	27,5	4,7%
Partes e acessórios dos veículos automóveis das posições 87.01 a 87.05.	25,5	4,4%
Instrumentos e aparelhos para medicina, cirurgia, odontologia e veterinária, incluindo os aparelhos para cintilografia e outros aparelhos eletromédicos, bem como os aparelhos para testes visuais	21,1	3,6%
Outros produtos	440,08	75,4%
Total importado	583,28	100,0%

Fonte: Comex Vis - Ministério da Economia

*Na modalidade FOB, o remetente da mercadoria (exportador) é responsável pelos custos de transporte e seguro da carga somente até que esta seja embarcada no navio. O comprador (importador) torna-se responsável pelo pagamento do transporte e do seguro a partir daí.

Tabela 2. Principais classes de produtos exportados de Vinhedo e participação no total de exportações da cidade – 2019

Classes de Produtos	Valor FOB* (em US\$ milhões)	% no total exportado
Partes e acessórios dos veículos automóveis	45,4	14,7%
Sabões; produtos e preparações orgânicos tensoativos utilizados como sabão, em barras, pães, pedaços ou figuras moldadas, mesmo que contenham sabão; produtos e preparações orgânicos tensoativos para lavagem da pele, em forma de líquido ou de creme, acondicionados para venda a retalho, mesmo que contenham sabão; papel, pastas (ouates), feltros e falsos tecidos, impregnados, revestidos ou recobertos de sabão ou de detergentes	32,5	10,5%
Resinas amínicas, resinas fenólicas e poliuretanos, em formas primárias	20,8	6,7%
Preparações capilares	17,9	5,8%
Centrifugadores, incluindo os secadores centrífugos; aparelhos para filtrar ou depurar líquidos ou gases	16,5	5,3%
Outros produtos	176,09	57,0%
Total exportado	309,19	100,0%

Fonte: Comex Vis - Ministério da Economia

*Na modalidade FOB, o remetente da mercadoria (exportador) é responsável pelos custos de transporte e seguro da carga somente até que esta seja embarcada no navio. O comprador (importador) torna-se responsável pelo pagamento do transporte e do seguro a partir daí.

Situação das trabalhadoras e trabalhadores formais em Vinhedo

Em relação aos empregos formais em Vinhedo, temos os seguintes dados:

Tabela 3. Número de empregos formais por setor de atividade em Vinhedo (em 31 de dezembro de 2018)

Empregos formais por setor (categorias IBGE)	Masculino	Feminino	Total
Indústria de transformação	9.082	4.032	13.114
Serviços Industriais de Utilidade Pública	2.754	1.092	3.846
Construção Civil	475	74	549
Comércio	3.503	2.648	6.151
Serviços	4.559	4.254	8.813
Administração Pública	720	1.932	2.652
Agropecuária	79	20	99
Total	21.172	14.052	35.224

Fonte: Caged

Percebemos a forte participação da indústria de transformação na geração de empregos formais na cidade, o que está relacionado com a presença de grandes empresas do ramo químico em Vinhedo.

Ainda em relação à análise da situação dos empregos em Vinhedo, cabe observarmos a remuneração média em cada setor de atividade:

Tabela 4. Remuneração média de empregos formais em Vinhedo em 31 de dezembro de 2018 (em R\$ correntes)

IBGE Setor	Masculino	Feminino	Total
Indústria de transformação	4.706,29	3.305,09	4.274,37
Serviços Industriais de Utilidade Pública	1.839,53	1.752,39	1.815,09
Construção Civil	2.802,76	2.506,70	2.762,69
Comércio	3.494,14	2.336,48	2.992,30
Serviços	2.677,10	2.310,51	2.499,85
Administração Pública	4.875,84	4.247,93	4.417,47
Agropecuária	1.706,53	1.947,44	1.756,20
Total	3.656,89	2.827,50	3.325,16

Fonte: Caged

A partir da tabela acima, podemos notar que as maiores médias salariais nos empregos formais em Vinhedo estão associadas à Administração Pública e à Indústria de Transformação. E as menores médias salariais são pagas na Agropecuária e nos Serviços Industriais de Utilidade Pública (limpeza urbana, saneamento, etc).

Se multiplicarmos o número total de empregos formais por sua remuneração média e pelos 13 salários recebidos pelos trabalhadores formais ao longo do ano, chegaremos a uma massa salarial de pouco mais que R\$ 1,5 bilhão de reais recebidos pelo conjunto das trabalhadoras e trabalhadores formais de Vinhedo em 2018, o que representaria cerca de 17% do PIB municipal.

Em relação à emprego e renda em Vinhedo, cabem duas observações: em primeiro lugar, que há um interfluxo expressivo de trabalhadores entre as cidades da região, tornando corriqueira a situação de uma trabalhadora ou trabalhador morar em uma cidade e trabalhar em outra. Uma segunda consideração a ser feita é que a expressiva presença de condomínios na cidade faz com que haja um influxo de rendas mais altas

associadas a municípios que moram nos condomínios e desenvolvem atividades econômicas sobretudo nos grandes centros próximos, como São Paulo e Campinas.

A tabela 4 sobre a remuneração média nos diferentes ramos econômicos também nos revela as desigualdades salariais existentes entre homens e mulheres em praticamente todos os setores da economia vinhedense (à exceção da Agropecuária). As diferenças mais expressivas são observadas na Indústria de transformação, onde os homens recebem em média 42% a mais que as mulheres e no Comércio, onde essa diferença é de 49%. Nota-se assim que a desigualdade econômica já muito observada no contexto nacional, também pode ser verificada em Vinhedo. O PSOL acredita que a sociedade, com a participação ativa do poder público, pode combater e superar essa desigualdade de gênero no mundo do trabalho. Quando tratarmos da política de mulheres retomaremos esse tema apresentando propostas.

Auxílio emergencial para trabalhadoras e trabalhadores durante a pandemia

Diante da pandemia do novo coronavírus, os Estados Nacionais ao redor do mundo organizaram políticas extraordinárias de transferência de renda para evitar que muitas trabalhadoras e trabalhadores viessem a passar fome. No Brasil o governo Bolsonaro propôs inicialmente um auxílio emergencial no valor de R\$ 200,00 que após pressão política passou para os valores de R\$ 600,00 e R\$1200,00 (para mães solteiras), pago para os primeiros cinco meses (de abril a agosto). Em setembro o governo reduziu pela metade valor a ser pago para as parcelas até dezembro. O critério para pagamento do auxílio-emergencial se relaciona à situação de fragilidade de trabalhadoras e trabalhadores. É importante destacar algumas das condições para o recebimento do benefício: não possuir vínculo formal de trabalho e ter renda familiar mensal per capita abaixo de meio salário-mínimo e renda familiar mensal total abaixo de três salários-mínimos. Na tabela 5 observamos que milhares de trabalhadoras e trabalhadores vinhedenses precisaram do auxílio emergencial entre os meses de abril e julho.

Tabela 5. Concessão de auxílio emergencial para trabalhadoras e trabalhadores de Vinhedo – abril a julho de 2020

Tipos de Benefícios	Abril	Maio	Junho	Julho	Total de Abril a Julho	Média mensal de benefícios concedidos
Benefícios de R\$ 1.200,00	1.352	1.851	1.001	1.009	5.213	1.303
Benefícios de R\$ 600,00	8.001	10.898	6.307	8.523	33.729	8.432
Total de benefícios	9.353	12.749	7.308	9.532	38.942	9.736

Fonte: Dados estimados a partir do Portal Transparência do Governo Federal

Ao longo dos quatro primeiros meses em que foi concedido o auxílio emergencial, aproximadamente 10.000 trabalhadoras e trabalhadores vinhedenses necessitaram desse benefício social. Isso aponta para as dificuldades que haverá para se garantir condições de vida básicas para muitas famílias vinhedenses no próximo período. Nesse contexto, aumentará a necessidade de lutarmos pela qualidade dos serviços públicos e para que as famílias marginalizadas no mercado de trabalho contem com os recursos necessários para viverem dignamente.

Perspectivas

Diante desse histórico e dos desafios colocados pela atual conjuntura, procuraremos ao longo desse programa desdobrar mais reflexões associadas a aspectos do desenvolvimento da cidade e de como podemos nos organizar para superar as marcas da história brasileira que se fazem presente aqui, a dizer, a desigualdade e a segregação social. Só com muito conhecimento sobre os problemas sociais e muita luta para os enfrentarmos, teremos condições de construir uma sociedade em que todas as pessoas possam ter dignidade e desenvolver seus potenciais individuais e coletivos.

RIQUEZA SOCIAL E RECURSOS PÚBLICOS

Uma sociedade é organizada para atender suas necessidades através da produção de bens e serviços em processos de trabalho. Tudo o que é produzido na sociedade através de processos de trabalho pode ser considerado como o conjunto das riquezas da sociedade em questão. Há uma luta histórica dos trabalhadores no mundo todo para que a produção de riqueza social seja realizada visando atender as necessidades de uma vida digna para toda a população.

Entretanto, percebemos que ao longo do tempo e em especial nas últimas décadas, tem ocorrido uma grande concentração de riquezas no mundo todo e no Brasil. Ou seja, a produção da riqueza social é direcionada para os interesses de pequenos grupos e, no final das contas, para poucas pessoas. Estudos apontam que a lógica de concentração de riqueza em nossa sociedade fez com que 162 bilionários tenham atualmente a mesma riqueza que metade da humanidade. No Brasil, um estudo recente apontou que 6 bilionários tinham a mesma riqueza que metade da população do país, mais de 100 milhões de pessoas. Essa desigualdade profunda faz com que a maior parte da população brasileira e mundial sofra com a falta de elementos básicos para a sobrevivência, como alimentação, acesso a água e saneamento e moradias decentes.

A criação de direitos trabalhistas e melhores condições de trabalho representou uma conquista importante para garantir menos acidentes, melhores salários e jornadas de trabalho reduzidas. Dessa forma, as trabalhadoras e trabalhadores tiveram acesso a uma parte maior da riqueza produzida para o atendimento de suas necessidades.

Nas últimas décadas, mudanças tecnológicas levaram a um aumento muito grande da produtividade do trabalho (ou seja, com menor quantidade de trabalho se produz muito mais). A consequência disso poderia ser uma diminuição geral no tempo trabalhado para produzir aquilo que a sociedade precisa para viver bem, o que beneficiaria a qualidade de vida das trabalhadoras, trabalhadores e suas famílias. Mas diferentemente disso, o avanço da tecnologia resultou em mais desemprego. E com um número maior de trabalhadores desempregados, cresceram as formas de subemprego (também conhecidas como informalidade) e os salários têm sido rebaixados.

As medidas para garantir condições de vida básicas para a população foram sendo enfraquecidas ou eliminadas. Exemplos recentes disso no Brasil foram a Reforma Trabalhista e a Reforma da Previdência. Aqueles que dirigem a economia e a política têm tornado cada vez mais insegura a situação do trabalhador, justificando que assim, o ambiente de negócios fica melhor. O resultado disso é o aumento do desemprego, das

jornadas de trabalho, dos acidentes e doenças relacionadas ao trabalho, a piora das condições de vida da maioria da população e o aumento da marginalização social.

E a cultura individualista e repressora em que vivemos tem dificultado muito a resistência coletiva da classe trabalhadora a essa piora das condições de vida. No Brasil, a situação é agravada pelo nosso histórico escravocrata, que trata reivindicações organizadas por melhores condições de vida e trabalho como caso de polícia e trata as tentativas de participação política dos trabalhadores como “vagabundagem”. Em pleno século XXI, as classes dominantes brasileiras e seus ventríloquos se posicionam no debate público como se fossem senhores de escravo do século XVIII. Situação absurda e revoltante.

A luta pela distribuição da riqueza social e a proveniência dos recursos públicos municipais

Política é tudo aquilo que envolve relações de poder. As lutas coletivas por melhores salários e condições de trabalho são um exemplo de disputa de poder. Foi através dessas lutas que as trabalhadoras e trabalhadores mudaram a sociedade, tornando-a menos desigual e melhorando as condições de vida das famílias trabalhadoras.

Outra forma de garantir que os interesses sociais sejam prioridade para a organização da sociedade é através da pressão sobre a forma de arrecadação e destinação dos recursos públicos. A pressão para que o Estado organize serviços de saúde, educação, aposentadoria, entre outros, também faz parte das lutas da classe trabalhadora pela disputa da riqueza socialmente produzida.

A tributação em uma república federativa como o Brasil é organizada de forma articulada por seus diferentes entes federados. Por isso, para entendermos a composição do orçamento de Vinhedo, precisamos olhar com atenção não só para a arrecadação própria do município, mas também para os repasses que são feitos do Estado e da União.

A Receita Total do Município de Vinhedo, excluídas as receitas de Capital, é mostrada na tabela abaixo. Destacamos que as transferências correntes responderam por mais de 60% das Receitas Correntes Primárias da Prefeitura de Vinhedo em 2019.

Tabela 1. Receitas Correntes Primárias da Prefeitura Municipal de Vinhedo em 2019 (excluídas as receitas financeiras)

Fonte	Receita
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	132.193.392,03
Transferências Correntes	302.509.217,68
Receitas Correntes Restantes	45.739.247,45
Total	480.441.857,16

Fonte: Siconfi – Tesouro Nacional

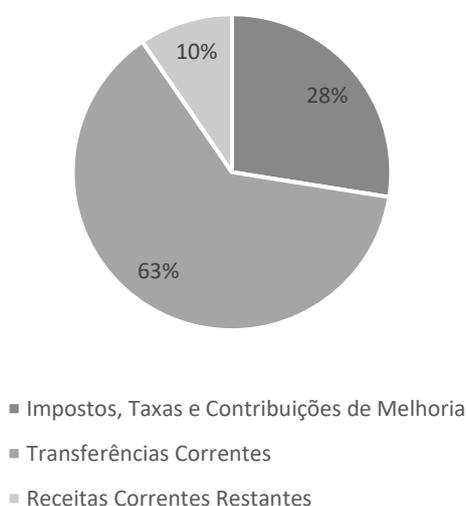


Gráfico 1. Porcentagem das receitas correntes primárias da Prefeitura Municipal de Vinhedo em 2019.

Fonte: Siconfi – Tesouro Nacional

Essas Transferências Correntes, por sua vez, são compostas por cotas-partes em impostos e fundos que são repassados para o Município de Vinhedo. Em termos absolutos para a composição do Orçamento Municipal, destaca-se o Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), imposto diretamente relacionado às atividades econômicas. A cota-parte referente à Vinhedo correspondeu a 55,23% das Transferências Correntes e 34,78% do total de Receitas Correntes Primárias em 2019. Por isso, diferenças na atividade econômica tem um impacto direto na arrecadação desse imposto e, conseqüentemente, no orçamento municipal.

Tabela 2. Contribuição de cada uma das fontes de Transferências Correntes para a Prefeitura Municipal de Vinhedo em 2019

Fonte	Receita	% em relação às Transferências Correntes	% em relação às Receitas Correntes Primárias *
Cota-Parte do FPM	32.296.704,13	10,68%	6,72%
Cota-Parte do ICMS	167.081.574,50	55,23%	34,78%
Cota-Parte do IPVA	19.666.125,77	6,50%	4,09%
Cota-Parte do ITR	39.447,72	0,01%	0,01%
Transferências da LC nº 61/1989 (IPI – exportações)	1.172.738,13	0,39%	0,24%
Transferências do FUNDEB	55.190.262,90	18,24%	11,49%
Outras Transferências Correntes	27.062.364,53	8,95%	5,63%
Total	302.509.217,68	100,00%	62,96%

Fonte: Siconfi – Tesouro Nacional

* Como já destacado na tabela 1, o valor total das receitas correntes primárias levado em conta para os cálculos da última coluna da tabela foi R\$ 480.441.857,16

Por isso tudo, as finanças públicas municipais estão diretamente relacionadas às decisões que foram e são tomadas no âmbito do Estado e da União. E esse é mais um importante motivo para conhecermos a política estadual e nacional, pois é na relação entre o município e o estado e a União que entenderemos melhor muitos dos limites e possibilidades associadas à disponibilidade e uso dos recursos públicos em Vinhedo. Além disso, a situação econômica de Vinhedo depende de dinamismos que se dão a nível regional, estadual, nacional e mesmo internacional, conforme já apontamos na caracterização da cidade. E a tributação tem sempre uma relação direta ou indireta com a produção e circulação de riquezas em determinado território.

Outra fonte de recursos públicos muito importante para as famílias vinhedenses é o INSS. A aposentadoria, as pensões e os auxílios a pessoas deficientes foram conquistas históricas das trabalhadoras e trabalhadores no Brasil e se refletem em todo o território nacional, inclusive em Vinhedo. Mas nos últimos anos, e especialmente após a Reforma da Previdência de Bolsonaro-Guedes todos esses direitos foram duramente atacados. A seguir, vemos os dados de recursos destinados a Vinhedo pelo INSS em 2018.

Tabela 3. Valores pagos (em R\$ correntes) pelo Regime Geral de Previdência Social em Vinhedo no ano de 2018

Aposentadorias				Pensões por morte	Auxílios	Outros benefícios previdenciários	Total de benefícios previdenciários
Total	por idade	por invalidez	por tempo de contribuição				
205.700.574	45.990.091	15.194.839	144.515.645	50.783.711	4.510.412	263.219	261.257.916,71

Fonte: INSS

Mais de R\$ 260 milhões de reais foram destinados a famílias de Vinhedo pelo INSS em 2018, o que tem uma importância muito grande para a sobrevivência e para a qualidade de vida de milhares de vinhedenses. Esse montante de recursos tem também um impacto decisivo para a movimentação dos serviços e do comércio na cidade. Impressiona a contribuição econômica e social que a Previdência tem para Vinhedo. Em 2018 os recursos repassados pelo INSS equivaleram a 59% da Receita Total com que contou o Município. E por isso, é preciso avaliar criticamente como os partidos políticos com intervenção na cidade se portaram diante da aprovação da Reforma da Previdência, que prejudicará cada vez mais a população trabalhadora e a economia municipal. Isso porque ao aumentar a idade e o tempo de contribuição, além de eliminar a aposentadoria por tempo de contribuição, haverá uma diminuição nas aposentadorias concedidas e usufruídas pelas trabalhadoras e trabalhadores de Vinhedo. Além disso, com mais pessoas por mais tempo no mercado de trabalho se dificulta as chances de obter emprego e reivindicar melhores salários.

Se levarmos em conta a população estimada de 77.308 habitantes em Vinhedo em 2018, tínhamos o total de benefícios previdenciários correspondentes a 14,7% da população da cidade. É razoável pensarmos que os benefícios previdenciários contribuam não apenas com os beneficiários diretos, mas com parentes e familiares, o que amplifica a contribuição da previdência para as famílias vinhedenses.

Entretanto, a aposentadoria por tempo de contribuição, responsável por quase 60% do total de aposentadorias em 2018 foi extinta com a Reforma de Bolsonaro-Guedes. Isso dificultará a vida das famílias nos próximos anos e terá um impacto negativo na economia municipal.

Tabela 4. Quantidades de Benefícios do Regime Geral de Previdência Social em Vinhedo – dezembro de 2018

Total	Aposentadorias			Pensões por morte	Auxílios	Outros benefícios previdenciários	Total de benefícios previdenciários
	por idade	por invalidez	por tempo de contribuição				
8.598	2.858	767	4.973	2.504	280	10	11.392

Fonte: INSS

Em relação a recursos públicos acessadas pela população de Vinhedo, cabe destacar a importância dos chamados programas de transferência de renda. Além dos programas correntes, com destaque para o Bolsa-Família, no contexto da pandemia de 2020 foi criado o Auxílio Emergencial (conforme já apontamos no capítulo sobre a Caracterização histórica e econômica da cidade). Conforme os dados que levantamos no Portal da Transparência do Governo Federal, estimamos que houve um influxo para o conjunto de trabalhadoras e trabalhadores beneficiados por esse programa de cerca de R\$ 6,5

milhões de reais mensais entre abril e julho de 2020 ou de cerca de R\$ 26 milhões de reais ao longo dos quatro meses. Esses recursos adicionais em 2020 certamente tiveram um impacto decisivo na vida das famílias beneficiadas e também no comércio da cidade, especialmente aquele relacionado a itens de primeira necessidade. A conquista do auxílio emergencial para os primeiros meses da pandemia a um valor três vezes maior do que o proposto inicialmente por Guedes e Bolsonaro é mais um importante exemplo de como a política municipal deve estar sintonizada com as lutas políticas mais gerais.

Despesas nos serviços públicos são investimentos na qualidade de vida da população

É comum ao estudarmos a contabilidade pública observar que os recursos destinados à garantia de serviços públicos sejam apresentados como despesas ou gastos. Em nosso entendimento, pelo que já expusemos acima, os recursos direcionados à manutenção e melhoria dos serviços públicos devem ser encarados como investimentos. Um povo com boas condições de saúde, educação, segurança, cultura, lazer e que participe ativamente dos processos de efetivação de seus direitos, é um povo capaz de decidir sobre sua própria história, construindo uma sociedade cujas marcas sejam a solidariedade e a justiça e não a exploração e a desigualdade como é hoje.

Nas últimas décadas um movimento político-econômico conhecido como neoliberalismo tem incentivado processos de eliminação e privatização de instituições públicas e terceirização de serviços públicos. As privatizações visam transferir bens públicos para atender os interesses de setores econômicos com influência sobre o Estado. E as terceirizações buscam transferir recursos públicos para atender os interesses de grupos econômicos com atuação em diversas áreas, com destaque para a saúde e educação.

Têm ocorrido fortíssimas campanhas ideológicas incentivadas por poderosos grupos econômicos para desqualificar tanto os serviços públicos quanto os servidores públicos. E junto a essas campanhas ocorrem processos de precarização das condições de trabalho, que vão desde a falta de manutenção nos ambientes de trabalho (prédios e equipamentos) passando pelo arrocho salarial e pelas práticas de assédio moral e perseguição política no trabalho, práticas essas muito conhecidas pelos servidores públicos de Vinhedo conforme explicaremos melhor na seção sobre a Valorização dos Serviços Públicos.

No que toca à relação entre Recursos, Despesas Orçamentárias e Serviços Públicos, abordaremos dois aspectos que são centrais para entendermos a dinâmica do poder público municipal nos últimos anos no que diz respeito aos chamados gastos públicos.

O primeiro deles expomos no gráfico a seguir. Trata-se dos gastos relativos à contratos de terceirização com pessoas jurídicas (“Outros Serviços de Terceiros de Pessoas Jurídicas”). Só em 2019 a Prefeitura Municipal de Vinhedo gastou R\$ 170 milhões de reais em contratos de terceirização com pessoas jurídicas, o que representou 35% das Receitas Correntes Líquidas (R\$ 480 milhões).

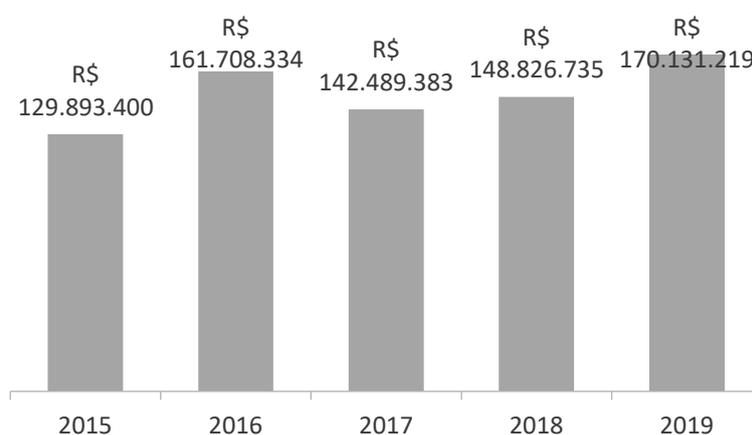


Gráfico 2. Despesas com Outros Serviços de Terceiros (Pessoas Jurídicas) – Prefeitura Municipal de Vinhedo - 2015-2019. Fonte: Balanços Anuais – Siconfi – Tesouro Nacional

São valores anuais muito expressivos e que precisam ser reavaliados. Precisamos democraticamente decidir se os serviços contratados por terceirização não podem ser realizados por servidores públicos. Inclusive a sociedade vinhedense precisa entender melhor como se dá o processo de intermediação pelas empresas entre a Prefeitura e as trabalhadoras e trabalhadores que efetivamente realizam os serviços, com destaque para os serviços de limpeza de prédios e vias públicas. Precisamos ter maior clareza sobre quanto dos recursos repassados pela Prefeitura às empresas chega efetivamente às trabalhadoras e trabalhadores. E em caso de atividades terceirizadas também oferecidas pelo poder público, como a compra de vagas em creches, precisamos saber se as condições para quem trabalha nas creches conveniadas são condizentes com aquelas existentes para as trabalhadoras e trabalhadores das instituições públicas municipais.

O segundo aspecto que destacamos diz respeito aos recursos públicos destinados à remuneração dos servidores públicos. A qualidade dos serviços públicos passa pela remuneração dos servidores públicos e essa remuneração se expressa no orçamento municipal. É comum que em planilhas de contabilidade pública os recursos destinados aos servidores sejam descritos como gastos com pessoal. Em nossa apresentação utilizaremos a categoria investimento em pessoal, a partir do entendimento de que os

rendimentos conferidos aos servidores públicos visam manter seus meios de vida e conferir condições para o oferecimento de bons serviços à população.

Tabela 5. Receita Corrente Líquida e Investimento em Pessoal - 2015-2019

	2015	2016	2017	2018	2019
Receita Corrente Líquida (I)	R\$ 354.069.481,09	R\$ 386.494.906,97	R\$ 414.596.095,03	R\$ 434.695.763,70	R\$ 481.671.802,76
Investimento em pessoal (II)	R\$ 178.273.118,24	R\$ 186.095.273,86	R\$ 213.995.162,56	R\$ 219.268.733,87	R\$ 228.269.017,86
Relação entre II / I	50,35%	48,15%	51,62%	50,44%	47,39%

fonte: Relatórios de Gestão Fiscal - Siconfi – Tesouro Nacional

Notamos que a relação entre Investimento em pessoal e Receita Corrente Líquida (RCL) se manteve em torno de 50%. Mas não é sem importância observarmos que a diferença de 4,23 pontos percentuais entre 2017 e 2019 significou em relação à RCL quase 23 milhões de reais. Ou seja, se seguíssemos a referência de 2017, esses recursos poderiam ter sido destinados para a valorização dos servidores públicos municipais. Por motivos legais-administrativos não é possível desde 2000 organizar os serviços públicos com uma relação entre o que chamamos aqui de “Investimento em Pessoal” e RCL superior a 54%. Diante dessa situação será necessário reavaliar a política de pessoal municipal para que tenhamos margem para retomar uma política de valorização dos servidores públicos. Nossa proposta aqui é: diminuir expressivamente os cargos comissionados e funções gratificadas de forma a liberar recursos a serem destinados para os Planos de Carreiras dos Servidores. Assim, a diminuição da vinculação política de servidores públicos ao governo, além de se associar a uma democratização dos serviços públicos (conforme discutiremos mais à frente na seção “Valorização dos Serviços Públicos”) representará uma economia de recursos para valorizar o que deve ser valorizado: o comprometimento com a qualidade do serviço público e não com as redes de tráfico de influência organizadas pelo “governo da vez”.

SERVIÇO PÚBLICO

Compromisso do PSOL com a valorização dos serviços públicos

Toda a chapa do PSOL, tanto para o Executivo, quanto para o Legislativo tem uma atuação de anos na cidade em defesa do serviço público. Valorizamos a atuação sindical em defesa dos serviços públicos e também entendemos que é uma questão de cidadania que toda a população e os trabalhadores/trabalhadoras participem da gestão e possam usufruir de serviços públicos de qualidade.

E o PSOL é um partido cuja história se entrelaça com a defesa dos direitos da população brasileira, os quais não podem ser efetivados sem a organização de serviços públicos de qualidade.

Tanto a chapa majoritária quanta a chapa de vereadores do PSOL têm forte identificação e disposição em relação à defesa dos serviços públicos em Vinhedo.

Para nós, educação, saúde, assistência social, segurança, mobilidade urbana, cultura, esporte, saneamento, tratamento e abastecimento de água devem ser direitos assegurados para toda a população.

Valorização dos serviços públicos exige respeito e incentivo à participação política

A preocupação com a democratização dos serviços públicos requer que o governo reconheça e valorize as formas de organização dos trabalhadores/ trabalhadoras, bem como da população. Respeitar a organização sindical e zelar pela autonomia dos Conselhos Municipais são atitudes muito importantes para a valorização dos serviços públicos.

A proposta de Conselhos Populares organizados territorialmente é uma referência necessária para ampliar o debate sobre os problemas da cidade e articulá-los com demandas mais setorializadas. A criação de um espaço formalizado de debate e apresentação de propostas se faz essencial para combater o clientelismo político. As constantes demandas por melhorias nos bairros (relacionadas à limpeza pública, iluminação, asfaltamento, entre outras) não deveriam ser usadas para capitalização política de indivíduos e muito menos encaradas como um favor feito pelo poder público e/ou por seus intermediários. É preciso que as demandas sejam apresentadas e conquistadas coletivamente. A participação coletiva permitirá também a superação de estigmas e preconceitos criados sobre determinados bairros e suas comunidades. E

nesse sentido, o incentivo à participação nos Conselhos Populares deve se articular com políticas culturais de valorização das diferenças expressões artísticas, valorizando a convivência e a diversidade cultural existentes em cada região da cidade.

Precarização do trabalho e dos serviços públicos prejudica toda a população, sobretudo as mulheres

Especialmente nas áreas de Educação, Saúde e Assistência Social, as mulheres são a maior parte dos servidores (conforme pode ser visto no item “Uma caracterização histórica e econômica de Vinhedo”). E os serviços públicos oferecidos nessas áreas atendem em grande medida outras mulheres trabalhadoras. Pois são elas que, em geral, deixam seus filhos nas creches, acompanham seus parentes às consultas e tratamentos de saúde e que são atendidas pelos serviços de assistência social quando suas famílias estão em situação de vulnerabilidade. Com a pandemia, as mulheres se tornaram protagonistas na defesa da vida. Seja nos hospitais, com as enfermeiras, técnicas de enfermagem, médicas, agentes de limpeza, seja em casa, nos cuidados com a limpeza, higiene, educação das crianças e atenção aos idosos.

Ataques ao serviço e aos servidores públicos nos últimos anos em Vinhedo

Durante o governo Jaime os/as servidores/servidoras públicos/as de Vinhedo tiveram a suspensão da progressão de carreira (biênios e quinquênios) e perderam um abono salarial (14o salário) com que contavam até 2015, sem que houvesse nenhuma compensação em relação a essas perdas. Se tomarmos em conta os últimos, perceberemos que houve perda nos rendimentos dos servidores públicos municipais. O que foi agravado com a desastrosa política de saúde do trabalhador do governo municipal.

O aumento do adoecimento é uma realidade para muitas categorias de trabalhadores/trabalhadoras. Apesar dos grandes índices de adoecimento, esse problema é muitas vezes colocado como uma responsabilidade individual de quem adocece. Os problemas de saúde dos servidores/servidoras, como de toda a população, são diversos e os tipos de doenças vão de LER/DORT a doenças psíquicas, como síndrome do pânico e depressão.

Nos últimos anos Vinhedo, infelizmente, passou a ser conhecida pela cultura de punição a servidores públicos doentes. O governo Jaime Cruz será lembrado pela história por seu Decreto 162, de 2017. A medida, que ficou conhecida como “Decreto da Maldade”, estabeleceu que servidores públicos da cidade que ficavam doentes seriam (e foram)

penalizados com a retirada parcial ou total do auxílio alimentação. Após a assinatura do decreto em junho de 2017, até meados de 2018, os servidores/ servidoras que apresentaram no mesmo mês mais de um atestado médico ou que ficaram mais de cinco dias afastados para tratamento de saúde, perderam integralmente a parte de seus rendimentos destinada à alimentação. O Decreto da Maldade, que vigorou entre 2017 e 2018, revelou uma das faces mais cruéis do governo municipal, pois a retirada do auxílio-alimentação de servidores doentes aumentou ainda mais o sofrimento de muitos trabalhadores e trabalhadoras que tratavam de problemas de saúde, em alguns casos de doenças graves, como o câncer.

Além do “Decreto da Maldade”, o atual governo também cortou o salário de professoras readaptadas (que por problemas de saúde – adquiridos no cumprimento de seu trabalho – realizam atividades pedagógicas fora da sala de aula). Precisamos de outra cultura de saúde do trabalhador/trabalhadora, baseada em respeito e prevenção e não na desconfiança e punição. É urgente a necessidade de melhorar o clima e as condições de trabalho, incentivar o cuidado coletivo e a valorização dos servidores e servidoras

Cabe observar, também, que a situação dos prédios públicos e dos recursos utilizados expõem os servidores/ servidoras a condições insalubres de trabalho que podem levar ao adoecimento. Esse quadro foi observado, por exemplo, no dia a dia de diversas unidades no que toca a equipamentos de escritório como mesas e cadeiras não adequadas ergonomicamente, altura de interruptores de luz e ventiladores inadequados, iluminação insuficiente, inexistência de local para realizar as refeições (ou locais inadequados para a realização das mesmas). Tivemos, também, outros casos emblemáticos, como o vencimento dos coletes usados pela guarda municipal. Tal descaso acabou por demonstrar a falta de zelo da prefeitura para com a segurança física da categoria.

Assédio moral e perseguição política no serviço público de Vinhedo

Quem começa a trabalhar na Prefeitura ou na Sanebavi logo conhece a cultura de assédio e perseguição contra servidores que são críticos em relação aos problemas do serviço público municipal. Mas fica a pergunta: os problemas não deveriam ser debatidos e as propostas e sugestões de solução encaminhadas, democraticamente?

Infelizmente, não é assim que as coisas costumam funcionar no serviço público de Vinhedo. A falta de funcionários em alguns setores ou a ausência de manutenção básica em prédios públicos (como a presença de extintores de incêndio vencidos) são alguns problemas recorrentes.

A grande presença de servidores em funções gratificadas e cargos comissionados faz com que muitas vezes a cultura da bajulação (“puxa-saquismo”) sufoque a reflexão e a crítica.

O clima de assédio e a convivência com problemas que poderiam ser, democraticamente, debatidos e encaminhados vão deixando os servidores desmotivados e doentes. Quando o assédio moral não silencia os servidores, o governo Jaime lança mão da perseguição administrativa, como nos processos vergonhosos contra o Ivanei Oliveira dos Reis, em 2018, e a professora Virginia Baldan, em 2019. Nesses casos houve muita luta e solidariedade, por parte dos servidores e servidoras. Mas são necessárias medidas preventivas para conter a cultura coronelista no serviço público municipal.

Tentativas de retirada de direitos dos servidores públicos em Vinhedo e no país

A tentativa atropelada de mudança do regime de trabalho dos servidores públicos municipais em 2017, que colocava em risco os recursos para aposentadorias e o direito dos servidores ao FGTS, não teve sucesso. O governo municipal propôs essas alterações como forma de economizar recursos através de mais perdas para os servidores/servidoras públicos. E apesar do arrocho salarial aos servidores e de contar com um orçamento maior do que a maioria das cidades brasileiras de mesmo porte, o governo municipal continuou aumentando a dívida de Vinhedo.

A proposta de alterar as referências de trabalho dos servidores públicos precisa ser avaliada sob o prisma de que os vínculos de comprometimento e confiança política dos funcionários públicos devem se dar com a boa qualidade desses serviços e com o princípio de impessoalidade que deve referenciar a administração pública. Acabar com a estabilidade dos servidores/servidoras públicos os deixará reféns dos interesses do “governo da vez”. A carreira do servidor deve ser uma carreira de Estado e não uma carreira que dependa de alinhamento político com um ou outro governo.

O compromisso dos servidores/servidoras públicos deve ser com o bom atendimento à população e não com os interesses políticos dos governantes. A estabilidade no serviço público é o que garante a autonomia dos servidores em relação aos governos.

Precisamos acabar com a cultura de coronelismo e clientelismo político

Em levantamento feito em setembro de 2019, verificamos que na Prefeitura de Vinhedo há menos de 3000 servidores/servidoras e mais de 320 cargos comissionados e funções

gratificadas. Na Sanebavi também é grave esse problema. Tantos cargos e funções com vínculo político prejudicam a qualidade dos serviços públicos e a democracia na cidade, pois os cargos e funções de confiança acabam muitas vezes servindo como instrumento para a troca de favores e o tráfico de influência.

O caso da professora que foi retirada da função de coordenadora como retaliação por participar da greve dos servidores de Vinhedo em 2017, é um exemplo dessa cultura que conjuga clientelismo e coronelismo de uma forma tóxica para a qualidade dos serviços públicos e da democracia na cidade. Defendemos mais concursos e servidores “sem rabo preso”!

Terceirização piora a vida do trabalhador

Em Vinhedo já temos um processo avançado de terceirização. E a consequência disso não é segredo: salários mais baixos e piores condições de trabalho. Inclusive, vimos recentemente trabalhadores de uma empresa terceirizada de limpeza perdendo seus empregos por protestarem contra problemas no pagamento.

Donos de empresas terceirizadas são os principais interessados no aumento das terceirizações, pois passam a lucrar através do repasse de recursos públicos. Já pontuamos esse problema quando tratamos do tópico “Recursos Públicos em Vinhedo”. E agora retomamos essa questão sob a perspectiva dos servidores públicos.

Auxiliares de Educação Infantil de Vinhedo têm dado exemplo de luta por reconhecimento e valorização dos servidores públicos

As/os Auxiliares de Educação Infantil, de Vinhedo, vêm reivindicando nos últimos anos, com destaque para as mobilizações em 2019, algo muito simples: Que sejam reconhecidas/ dos e valorizadas/dos como educadoras/educadores. A maior parte das/dos AEI's de Vinhedo, têm Licenciatura em Pedagogia e reivindicam o reconhecimento do caráter educacional do trabalho que realizam. A valorização da formação das crianças passa pelo reconhecimento de todas e todos os profissionais que são responsáveis pelas mais diferentes dimensões do desenvolvimento:

A inserção no quadro do magistério é possível e já foi feita em outras cidades como São Paulo e Itatiba. É preciso vontade política para fazer essa adequação também em Vinhedo.

Propostas

1. Avaliar os contratos estabelecidos pela Prefeitura com as empresas terceirizadas.
2. Conter e quando possível reverter os processos de terceirização dos serviços públicos. Por trabalhadores concursados e valorizados!
3. Não à privatização da Sanebavi!
4. Avaliar os processos administrativos disciplinares abertos nos últimos anos.
5. Não utilizar processos administrativos disciplinares como instrumentos de assédio moral e perseguição política de servidores públicos.
6. Estabelecer o diálogo e a democracia como referências para equacionar conflitos nos locais de trabalho.
7. Diminuir o número de servidores com vínculo político ao prefeito: cargos comissionados e funções gratificadas. Mais concursos e servidores “sem rabo preso”!
8. Defender a estabilidade dos servidores públicos como forma de resguardar a boa gestão e qualidade dos serviços públicos.
9. Combater o assédio moral no funcionalismo.
10. Respeitar a liberdade de organização sindical.
11. Diálogo permanente baseado na transparência e verdade sobre reposição do índice de inflação e reposição gradual das perdas acumuladas.
12. Discutir os planos de carreiras com as categorias do funcionalismo.
13. Realização de concursos públicos nas áreas com déficit de pessoal.
14. Estabelecer o diálogo com os servidores sobre as políticas estratégicas da administração.
15. Realizar encontros com servidores para ouvir e planejar mudanças e propostas neste programa de governo, com destaque para a elaboração do Plano Plurianual a ser apresentado à Câmara Municipal no 1o ano de governo.
16. Fortalecer os Conselhos Municipais como espaços autônomos de participação popular e defesa dos serviços públicos de qualidade.
17. Dar maior publicidade às reuniões dos Conselhos Municipais com a disponibilização de canais para a divulgação dos registros de áudio e quando possível audiovisuais das reuniões.
18. Criação dos Conselhos Populares nas diferentes regiões da cidade como forma de encaminhamento das demandas de manutenção e melhoria de infraestrutura urbana (iluminação, asfalto, limpeza pública, criação e revitalização de espaços públicos, ...), além de difundir o debate sobre problemas e propostas para a cidade como um todo ao longo de todo o território municipal.

19. Criar o programa prefeitura no bairro, onde o prefeito e os secretários deverão visitar periodicamente regiões do município para prestar contas e dialogar com a população.
20. Usar as redes sociais e tecnologias de informações para aperfeiçoar o diálogo entre a administração, os servidores/ servidoras e a população.
21. Reformar os prédios públicos garantindo condições adequadas de acessibilidade.
22. Organizar o treinamento periódico de servidores com cursos de brigada de incêndio e primeiros socorros.
23. Reformular a política de saúde do trabalhador no serviço público municipal, trabalhando na perspectiva da prevenção e do cuidado e não da desconfiança e da punição.
24. Reconhecimento do trabalho pedagógico realizado nas creches com a inclusão das/dos auxiliares de educação infantil no Plano do Magistério.
25. Viabilizar a implementação progressiva da demanda de profissionais de saúde de redução da carga horária sem redução de salários.
26. Reforma e adequação dos prédios municipais segundo as normas de segurança correntes.

SAÚDE

Combate à necropolítica e eixos para nossas políticas de saúde

A saúde tem uma dimensão múltipla e para defendermos uma vida saudável teremos que lutar contra todas as injustiças e problemas sociais. O sistema econômico que busca o lucro acima da vida tem se revelado, cada vez mais, uma máquina de adoecimento e de morte. E para manter as desigualdades e os privilégios tem sido organizado a chamada necropolítica, levada a cabo no Brasil pelo bolsonarismo, movimento político de inspiração fascista que incentiva a intolerância, violência social e também a ignorância. Cabe uma observação em relação a uma das consequências do incentivo à ignorância que impacta negativamente a saúde da população. Nos últimos anos há movimentos que incentivam a diminuição da participação nas campanhas de vacinação, o que tem consequências graves para a prevenção de doenças que podem ser facilmente evitadas. Em Vinhedo, segundo os relatórios quadrimestrais da Secretaria de Saúde de 2019 a cobertura vacinal esteve abaixo de 95% para diversas vacinas.

Os eixos centrais para pensarmos nas intervenções em defesa da saúde pública se baseiam na promoção da qualidade de vida, nas medidas de prevenção (enfrentamento as causas das doenças) nas condições adequadas de tratamento.

Nessa perspectiva, não podemos dissociar as políticas de saúde do conjunto das políticas sociais, educação, assistência social, segurança, cultura, esporte e lazer.

A atitude bolsonarista diante da pior crise de saúde dos últimos 100 anos

Vivemos uma crise de saúde global em que os casos do novo coronavírus explodiram no mundo todo revelando tanto a fragilidade das políticas de contenção da expansão da pandemia quanto a incapacidade dos sistemas de saúde em acolherem aqueles que precisaram de assistência hospitalar. No Brasil, a disseminação da Covid-19 foi favorecida pelas declarações e atitudes do presidente Bolsonaro, que inicialmente chamou a crise sanitária de fantasia, depois de gripezinha, além de ter participado de aglomerações de pessoas, boicotado as medidas de isolamento social e de higiene. O presidente também se destacou por ter feito sistematicamente propaganda para medicamentos ineficazes no tratamento da doença (cloroquina e hidroxiclороquina).

A incapacidade das autoridades brasileiras em lidar com a pandemia de forma a resguardar a vida e a saúde da imensa maioria da população revelou a crise mais

profunda que vive o país, incapaz de gerar trabalho, renda, cuidados básicos de saúde e tudo o que é necessário para garantir uma vida digna para o conjunto da população. A desigualdade e a insensibilidade produzem uma sociedade doente

Parte fundamental da crise que vivemos em nossa sociedade está relacionada à falta de sensibilidade em relação ao sofrimento das outras pessoas. É muito forte uma cultura individualista que nos leva à preocupação somente com nossos próprios interesses. E isso é uma estratégia essencial para as classes dominantes manterem seus privilégios às custas de profundas desigualdades, causadoras de muito sofrimento. O individualismo nos tem feito perder algo fundamental, sem o que não podemos construir qualquer vida coletiva minimamente saudável. Trata-se do cuidado em relação ao outro. Mas não nos referimos aqui a favores ou a ações de caridade. Porque apesar de ações bem intencionadas poderem ajudar pessoas, só o que é considerado e organizado como um direito pode dar a garantia de respeito e dignidade tanto individuais quanto coletivas. Por isso, favores e caridades não podem substituir ou cumprir o papel dos direitos. O que é um direito existe independentemente de haver gente com vontade, com interesse e com condições de fazer caridade ou favores.

Dentre os direitos existentes há aqueles criados para acolher grupos de pessoas que se encontram em situação fragilizada. Há quem diga que uma boa forma de avaliar a cultura de uma sociedade, é olhar para como ela trata seus doentes. Ou em outras palavras: quais são os pactos e estruturas sociais existentes para que as pessoas que adoecem possam viver com dignidade?

Não custa ressaltar que os adoecimentos são processos que independem de nossas decisões e de nossos esforços. Não é razoável admitir que as pessoas quiseram ou mereceram ficar doentes. Também cabe lembrar que, em função do desdobramento dos processos vitais de nossos corpos, com o passar dos anos vamos adquirindo maiores chances de adoecer, ainda mais quando não se vive sob condições saudáveis e sem os cuidados de saúde necessários.

A seguridade social foi uma conquista do povo brasileiro

Foi criado ao longo da história brasileira, com muita luta, um pacto social para acolher as pessoas doentes e idosas e para garantir dignidade a todos, inclusive para os que foram (e são) penalizados pela falta de oportunidades e de condições razoáveis de vida em uma sociedade profundamente desigual. Esse pacto tem um nome e uma estrutura, inclusive formalizadas constitucionalmente: Seguridade Social.

A Seguridade Social foi uma conquista importante do povo brasileiro e sob ela se encontram três dimensões fundamentais da vida social: a Saúde, a Previdência e a Assistência Social. Podemos conferir no artigo 194 e nos seguintes da Constituição Federal do Brasil as referências de organização da Seguridade Social:

“Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.”

O momento histórico que vivemos nos impõe o desafio de resistir às (tentativas de) iniciativas que visam acabar com a Seguridade Social. Não são poucas as ameaças e ataques: à saúde dos trabalhadores e da população; à aposentadoria pública e; à justiça social, através de medidas que agravam a desigualdade, aumentando o contingente de pessoas excluídas de condições básicas de vida.

Luta pelo SUS e contra o modelo econômico predatório e doentio

A defesa do SUS é central para lutarmos contra o sofrimento e a humilhação de quem precisa e tem o direito de/ aos cuidados!

Os ataques ao SUS se articulam em torno de uma tentativa de impor a saúde como um negócio lucrativo e não como um direito de todos. Há duas grandes estratégias em curso para acabar com a saúde pública: um progressivo subfinanciamento do SUS, piorando os serviços públicos e levando parte da população a pagar pela saúde; e um processo intenso de desmobilização e despolitização social da opinião pública em defesa do SUS.

Vivemos em uma sociedade em que a desigualdade social e o individualismo não param de produzir doenças físicas e mentais. O modelo predatório de desenvolvimento capitalista tem feito cada vez mais que problemas ambientais se reflitam em problemas de saúde da população. Isso vai desde problemas respiratórios amplificados pela poluição atmosférica até o transbordamento de vírus de animais silvestres para humanos devido à perda de habitats em função do desmatamento. Destacamos também que o quadro socioeconômico de sofrimento e falta de sentido tem levado a um aumento considerável dos transtornos mentais no mundo. Infelizmente o Brasil se destaca em relação ao grande número de transtornos de ansiedade, depressões e suicídios.

A crise que atravessamos também tem agravado problemas históricos relacionados à produção, distribuição e acesso a alimentação. A carestia, a redução de estoques

reguladores de preços, a liberação de uma ampla gama de agrotóxicos (associados a doenças como cânceres) e a priorização do mercado externo em detrimento da segurança alimentar implicam no rebaixamento da qualidade e variedade da alimentação e no desenvolvimento de problemas de saúde relacionados à difusão de substâncias nocivas ao meio ambiente e à saúde humana.

Também se observa na nossa sociedade, o incentivo à reprodução de estereótipos relacionados à forma física. O que leva muitas vezes a maus hábitos e transtornos alimentares.

Valorização das servidoras e servidores da Saúde de Vinhedo

Vinhedo conta com excelentes profissionais concursados na Secretaria de Saúde. Esses profissionais precisam ser reconhecidos e respeitados, o que passa pela valorização salarial (com correção das perdas de rendimentos e plano de carreira), mas também pela melhora das condições de trabalho e democratização das relações de trabalho. Os problemas vividos hoje vão de condições ergonômicas à práticas recorrentes de assédio moral relatadas por profissionais da saúde.

Evolução dos recursos destinados à saúde em Vinhedo nos últimos anos

Tabela 1. Evolução do Orçamento de Saúde de Vinhedo

Ano	Orçamento da Saúde da Prefeitura Municipal de Vinhedo (em valores correntes)	Reajuste acumulado no Orçamento da Saúde**	Inflação acumulada (IPCA)***
2019	R\$ 119.757.129,97	41,15%	39,44%
2017	R\$ 111.043.906,42	30,88%	28,86%
2015	R\$ 88.483.289,72	4,29%	17,77%
2013	R\$ 84.841.357,19	-	-

Fonte: Relatório de Atividades Quadrimestrais – Secretaria de Saúde – Prefeitura Municipal de Vinhedo

* Diagnóstico Prefeitura Municipal de Vinhedo para Revisão do Plano Diretor Participativo

** tendo como base inicial o orçamento de 2014 em relação ao de 2013

* período de referência: janeiro de 2014 e dezembro de 2019

Parece alentador considerarmos que o reajuste do Orçamento destinado à Saúde ficou acima da inflação nos últimos anos. Entretanto, precisamos considerar também que a população da cidade cresceu nos últimos anos, de forma que ao ponderarmos a inflação e o crescimento populacional, percebemos que o Orçamento da Saúde por habitante (per capita) diminuiu nos últimos anos. A diminuição dos recursos necessários à Saúde Pública é um fenômeno observado em todo o país e Vinhedo, apesar de condições orçamentárias bastante acima da média, também vive essa realidade.

Tabela 2. Evolução do Orçamento de Saúde per capita da Prefeitura Municipal de Vinhedo a partir de 2013 comparado à projeção com correção inflacionária (IPCA)

Ano	Orçamento da Saúde da Prefeitura Municipal de Vinhedo	População de Vinhedo*	Orçamento da Saúde per capita – valores correntes	Projeção do Orçamento da Saúde per capita corrigido pelo IPCA (base em 2013)
2019	R\$ 119.757.129,97	76.178	R\$ 1.572,07	R\$ 1.742,37
2017	R\$ 111.043.906,42	73.561	R\$ 1.509,55	R\$ 1.610,13
2015	R\$ 88.483.289,72	71.035	R\$ 1.245,63	R\$ 1.471,50
2013	R\$ 84.841.357,19	67.899	R\$ 1.249,52	R\$ 1.249,52

Fonte: Relatório de Atividades Quadrimestrais – Secretaria de Saúde – Prefeitura Municipal de Vinhedo

* Diagnóstico Prefeitura Municipal de Vinhedo para Revisão do Plano Diretor Participativo

Tomar o orçamento per capita da saúde como referência para avaliarmos os recursos investidos em saúde pública pode ser objeto de questionamento na medida em que as políticas sanitárias, por serem coletivas e sociais, têm efeitos sinérgicos, que não podem ser devidamente ponderados a partir da referência individual “per capita”. As pesquisas médicas já têm como estabelecido que investimentos direcionados a campanhas de prevenção têm efeito decisivo na redução dos custos de políticas públicas. Essas campanhas são só uma das vantagens de se tratar a saúde em uma perspectiva social.

Por outro lado, especialistas afirmam ser necessário tomarmos em conta as mudanças demográficas no país, pois com o envelhecimento da população há uma curva crescente dos custos (que aqui reivindicamos como investimentos) de Saúde. Além disso, em um contexto já adverso de investimento em pessoal, infraestrutura e insumos, o decréscimo no orçamento per capita em saúde é uma referência para avaliarmos como o processo geral de subfinanciamento do SUS se faz presente no município. É fundamental também que acompanhem a evolução dos custos da opção neoliberal associada ao desmonte do SUS, que são os planos particulares de saúde. A seguir mostramos a evolução dos preços autorizados para reajuste dos planos de saúde individuais e familiares pela ANS, comparando-os aos reajustes acumulados da inflação, IPCA.

Tabela 3. Índices anuais autorizados para reajuste dos planos de saúde, porcentagem acumulada dos reajustes autorizados e inflação acumulada para o mesmo período

Ano	Índice de reajuste anual autorizado para planos de saúde individuais ou familiares (ANS)	Acumulado do reajuste autorizado pela ANS	Inflação acumulada (IPCA)*
2019	7,35%	89,60%	41,00%
2018	10%	76,62%	34,37%
2017	13,55%	60,56%	30,76%
2016	13,57%	41,40%	25,63%
2015	13,55%	24,51%	14,96%
2014	9,65%	9,65%	6,28%

Fonte: ANS

* período de referência: janeiro de 2014 e dezembro de 2019

Vivemos em contexto de arrocho e rebaixamento salarial. Em geral, o avanço das negociações das trabalhadoras e trabalhadores é para não ocorrer perdas, sendo que “o melhor dos cenários” em boa parte dos casos é o reajuste dos rendimentos segundo a inflação. O reajuste dos planos de saúde bem acima da inflação aprofunda a realidade: os custos da saúde privada individual são muito superiores à capacidade de pagamento da imensa maioria das trabalhadoras e trabalhadores brasileiros.

No caso dos planos coletivos a situação é mais adversa, por não haver regulação. De 2012 a 2018, o acúmulo dos reajustes pelas operadoras nos planos coletivos chegou a 111,72%, ao passo que o acumulado pelos planos individuais alcançou 77,29%. Isso só demonstra o quanto a saúde privatizada e desregulada faz mal para a população.

Esses dados só confirmam que as propostas de enfraquecimento e destruição do SUS para favorecer o mercado só agravarão a falta de acesso a serviços de saúde.

As lutas pela saúde da mulher

Cabe a apresentação de três referências de dados sobre a situação da saúde da mulher em Vinhedo. Em primeiro lugar, o número de partos normais e cesáreas. A cidade está muito longe da meta apontada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), que estabelece como índice razoável de cesáreas, 15% dos nascimentos. Os dados apresentados nos Relatórios Quadrimestrais da Secretaria de Saúde relativos aos meses de 2019 impressionam.

Tabela 4. Quantidade de partos normais e cesáreas em Vinhedo em Vinhedo ao longo de 2019

2019														
Mês	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total	% de partos cesáreas em relação ao total
Partos Normais	18	18	13	16	14	10	14	11	12	12	20	8	166	
Partos Cesáreas	40	48	28	36	47	37	33	50	26	33	35	28	441	72,65%

Fonte: Relatórios Quadrimestrais da Secretaria Municipal de Saúde - 2019

Precisamos reverter essa situação com uma forte campanha para expansão do parto humanizado na cidade. A banalização do parto cesárea muitas vezes está associada a uma cultura de violência obstétrica. É preciso defendermos as mulheres vinhedenses da violência obstétrica na cidade. O momento do parto é um dos momentos mais importantes da vida das mulheres e de qualquer ser humano. É importante que esse momento seja tratado com muito respeito, cuidado e sem violência.

Outro ponto importante relacionado à saúde da mulher é a prevenção do câncer de mama. Dos 29 óbitos de mulheres em idade fértil em 2019, 9 foram por câncer de mama,

ou quase 25%, o que revela a grande prevalência dessa doença entre mulheres da cidade. O número de exames realizados mensalmente é expressivo e justifica a incorporação de uma estrutura de exame no próprio município evitando que as mulheres tenham que se desgastar para a realização do exame em outras cidades ou que, pior, deixem de realizar a mamografia pelas dificuldades de acesso. As carreatas de exame também são iniciativas importantes, mas não substituem a necessidade de oferecimento das mamografias permanentemente em Vinhedo.

Tabela 5. Quantidade de notificações compulsórias de “Violência Doméstica Sexual e/ou outras violências”

Período	janeiro a abril de 2019	maio a agosto de 2019	setembro a dezembro de 2019	janeiro a abril de 2020
Violência Doméstica Sexual e/ou outras violências	70	129	206	103

Fonte: Relatórios Quadrimestrais da Secretaria Municipal de Saúde – 2019 e 2020

Um último aspecto diz respeito à violência doméstica. A especificação nos relatórios quadrimestrais a inclui junto à “e ou [sic] outras violências” em uma tabela com título “Agravos de Notificação Compulsória”. Precisamos compreender melhor a natureza desses dados, com uma coleta e sistematização mais rigorosa das informações. Esse é um caminho necessário para dimensionarmos melhor esse problema, o que deve ser feito na perspectiva de busca ativa dos casos, pois é reconhecido o problema da subnotificação dos casos de violência contra a mulher. Conjuntamente a isso, é necessário qualificar as estratégias de acolhimento em casos de agressão e, principalmente, se investir pesadamente em estratégias para mudar a cultura de violência contra a mulher. Por isso, esse é um tema que precisa contar com as intervenções conjuntas e articuladas de saúde, segurança, assistência social e educação.

Propostas

1. Defesa do SUS!
2. Reestruturar e ampliar a Estratégia Saúde da Família, com equipes multidisciplinares organizadas para atendimento domiciliar em todos os bairros da cidade.
3. Programa de Avaliação e orientação dos hábitos alimentares dos estudantes da rede municipal de ensino – com possível extensão para as redes estadual e particular de ensino.
4. Incentivar a produção de alimentos orgânicos no município e seu acesso à população por meio da realização de feiras e fornecimento à merenda escolar (conforme desenvolvido na seção “Agricultura”).
5. Incentivo da prática de exercícios nos espaços públicos e nos centros esportivos da cidade.

6. Fomentar a formação de grupos de práticas esportivas orientados por profissionais da Secretaria de Esportes.
7. Incorporar e implementar as Práticas Integrativas e Complementares no SUS, na perspectiva da prevenção de agravos e da promoção e recuperação da saúde, com ênfase na atenção básica, voltada ao cuidado continuado, humanizado e integral em saúde (Acupuntura, Quiropraxia, Yoga, ...)
8. Cobertura vacinal: busca ativa e oferecimento de horários flexíveis para atingimento e superação das metas de 95% de cobertura vacinal em relação a todas as vacinas oferecidas para crianças até 2 anos de idade.
9. Campanha contra a violência obstétrica
10. Acompanhamento das gestantes pelas equipes de saúde, com oferecimento dos exames e orientações necessárias.
11. Fortalecimento da sororidade entre as gestantes através de grupos de trocas e apoios nas Unidades Básicas de Saúde: círculos de convivência pré e pós-parto.
12. Incentivo aos partos naturais (revertendo a alta incidência de partos cesárias realizados na cidade).
13. Expandir a cultura do parto humanizado em Vinhedo incentivando a participação de doulas no acompanhamento das grávidas.
14. Consolidar a organização de uma estrutura para o atendimento da demanda de exames de mamografia no próprio município.
15. Criar programa integrado e transversal da primeira infância, garantindo à criança desde a gestação até os seis anos de idade, acompanhamento especial com equipe multidisciplinar prestando assistência e atendimento médico, orientação nutricional, educacional, psicológica e assistência social.
16. Realizar parcerias com as universidades e faculdades para avaliação e distribuição de prótese dentária ao público idoso.
17. Saúde mental: Em defesa da reforma psiquiátrica antimanicomial com o fortalecimento do CAPS e maior atuação da rede pública de saúde na prevenção e tratamento de problemas com álcool e drogas.
18. Campanhas de enfrentamento a discriminação das pessoas que possuem transtornos mentais.
19. Desenvolver campanhas de informação acerca do autoconhecimento e prevenção dos agravos relacionados ao sofrimento emocional e mental na população geral, inclusive na infância.
20. Intensificar campanhas de prevenção relacionadas ao uso de álcool e outras drogas em escolas e unidades básicas de saúde.
21. Programas de prevenção de cáries nas UBS (principalmente o público idoso) e nas escolas de ensino infantil e fundamental.

22. Programas de prevenção de DSTs e gravidez na adolescência articulados por profissionais da saúde, educação e assistência social.
23. Manutenção adequada e constante de todas as unidades de atendimento à saúde no município, com reparos à estrutura predial, além da renovação de equipamentos e aparelhos quando necessário,
24. Renovação dos estoques de EPIs, medicamentos,(insumos) e todos os produtos necessários para o pronto atendimento dos pacientes;
25. Maior articulação com instituições prestadoras de serviços de saúde à Prefeitura (CEIVI, Santa Casa, ...).
26. Investir em controle de zoonoses com monitoramento e eliminação de áreas de reprodução de vetores de doenças, com destaque para o mosquito da dengue e o carrapato estrela.
27. Investir no bem-estar animal com campanhas de castração, vacinação e orientações para coibir maus tratos.
28. Reforçar a integração entre as vigilâncias ambiental, epidemiológica e sanitária.
29. Dar maior publicidade aos índices de saúde do município com a exposição da síntese dos dados dos relatórios quadrimestrais em murais das escolas e postos de saúde.
30. Maior publicidade da Lei 13.896/19, que assegura a pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS) com suspeita de câncer o direito à realização de exames no prazo máximo de 30 dias.
31. Adequar, através da realização de concursos públicos, a quantidade de profissionais necessários às atividades realizadas pela Secretaria Municipal de Saúde em todo o município.
32. Combater o assédio moral nos serviços públicos de saúde.
33. Avaliar a necessidade de expansão do horário de atendimento em Unidades de Saúde para contemplar as necessidades da população.
34. Implementar de forma progressiva a reivindicação da redução da jornada de trabalho sem redução de salário de profissionais da saúde.
35. Dar maior publicidade ao cumprimento dos fluxos de atendimentos nos serviços de saúde municipais.
36. Fortalecer a estrutura de prevenção e promoção da Saúde do Trabalhador em diálogo com os Sindicatos atuantes na cidade.

EDUCAÇÃO

Desigualdades sociais se refletem na educação e nas oportunidades de formação

No início de 2013 foi realizada uma pesquisa sobre recursos que famílias brasileiras de diferentes classes sociais destinam para a formação de seus filhos até 23 anos de idade. Os resultados, com valores atualizados para 2018 são apresentados na tabela a seguir.

Tabela 1. Recursos destinados por famílias de diferentes classes sociais para a formação de seus filhos até 23 anos de idade

Renda mensal familiar	Classe A	Classe B	Classe C	Classe D
	Acima de 33 mil	8 mil a 32.999 mil	De 2,7 mil a 7.999 mil	Até 2,7 mil
Moradia, incluindo alimentação, babá, energia, telefone e TV a cabo.	455.400,00	393.624,00	81.048,00	37.963,20
Educação, incluindo alimentação e transporte escolar, berçário, ensino fundamental e médio, universidade, cursos, livros e materiais didáticos.	928.620,00	482.988,00	244.332,00	Não incluído na pesquisa
Lazer, incluindo academia, clube e associações, cinemas, teatros e shows, festas, viagens, passeios.	555.588,00	125.136,00	51.216,00	6.336,00
Poupança para o filho.	197.340,00	38.016,00	6.336,00	Não incluído na pesquisa
Saúde: farmácia, médicos, pediatra, dentista e plano de saúde.	208.164,00	104.016,00	98.472,00	Não incluído na pesquisa
Outros (brinquedos, informática, roupas e calçados).	408.540,00	107.712,00	109.824,00	26.532,00
TOTAL	2.753.652,00	1.251.492,00	591.228,00	70.831,20

Fonte: Invest (atualização pelo IPCA 2013 - 2018)

Podemos perceber que a classe social em que uma pessoa nasce acaba sendo determinante sobre os estímulos e oportunidades que ela terá ao longo de sua vida. Em uma sociedade democrática não podemos aceitar como natural essa disparidade nas condições de formação das crianças e jovens. É preciso que as condições de vida das famílias mais pobres melhorem, porque sem isso a disparidade em relação às condições de formação entre crianças ricas e pobres se perpetuará e até se aprofundará se aumentarem as desigualdades.

Educação acessível e com condições adequadas de permanência

A educação pública acessível à maior parte da população foi uma conquista importante da sociedade brasileira. Mas não uma conquista definitiva, porque precisamos permanentemente lutar pela democratização do acesso e permanência. Até porque o que queremos não é qualquer acesso e permanência nas escolas, mas uma educação pública sintonizada à qualificação e amadurecimento das estudantes e dos estudantes, nos mais diversos âmbitos: intelectual, físico, social e emocional. A educação precisa articular uma série de direitos para cumprir esse objetivo. E um dos direitos associados à educação é o direito à alimentação escolar. É preciso garantir a boa qualidade da alimentação na escola e para isso precisaremos de uma crescente participação de toda a comunidade escolar em relação ao Programa de Alimentação Escolar Municipal.

Outro aspecto decisivo associado ao acesso à educação é o transporte escolar. É preciso garantir acesso para as crianças e adolescentes que estudam nas escolas públicas da cidade. Entretanto, a luta de estudantes secundaristas e universitários também inscreveu o direito ao transporte para as vinhedenses e os vinhedenses que dão continuidade a seus estudos em escolas técnicas, faculdades e universidades de cidades da região.

A permanência na escola depende da existência de profissionais, de infraestrutura predial e dos equipamentos para acolher os alunos, segundo suas necessidades. Nesse sentido, é necessário um diagnóstico detalhado de cada unidade escolar em relação às carências existentes nessas três dimensões: pessoal, estrutural e de equipamentos. O governo tem que estabelecer prioridades e equacionar urgentemente problemas mais graves. Problemas como vazamentos e goteiras contribuem para acidentes e para a danificação de bens da escola e muitas vezes perduram por meses (ou anos) em prédios escolares.

A ampliação do tempo de permanência dos estudantes vinhedenses nas escolas públicas municipais é uma proposta recorrentemente observada. É preciso avaliar, porém, quais são as condições apresentadas para que isso ocorra e constatar criticamente que a meta 1 relativa à expansão da educação em tempo integral nas escolas públicas tem encontrado muita dificuldade para avançar. É preciso os profissionais e os recursos necessários para o oferecimento de mais atividades pedagógicas, inclusive estabelecendo parcerias com bibliotecas, centros esportivos e culturais.

A educação pública pela qual lutamos também está ancorada em um projeto de país igualitário, democrático e soberano. E para isso precisamos aprofundar o sentido de democracia e criticidade da educação.

Educação crítica

“Art. 167. A educação, enquanto direito de todos, é um dever do Poder Público e da sociedade e deve ser baseado nos princípios da democracia, da liberdade de expressão, da solidariedade e do respeito aos direitos humanos, visando constituir-se em instrumento de desenvolvimento da capacidade de elaboração e de reflexão crítica da realidade”.

Esse trecho da Lei Orgânica de Vinhedo, legislação municipal que referencia a atuação do Poder Público e seus agentes na cidade, traz referências fundamentais para a organização das políticas educacionais em Vinhedo.

Vivemos em um momento de crise profunda no Brasil e no mundo. Essa crise se expressa em ampliação da miséria e do sofrimento humano. As saídas do grande poder econômico e dos governos a seu serviço para essa crise apontam para mais desigualdade, cada vez menos direitos, além de intolerância, violência e destruição acelerada da biodiversidade e dos ambientes do planeta. Quem controla o poder em nosso país não quer que a população pense e entenda melhor todos esses problemas.

Por isso os movimentos conservadores de nosso tempo têm como objetivo central atacar a educação, a ciência e o debate público. Passaram a difundir um estigma sobre a atividade crítica realizada nas escolas a respeito de temas como exploração econômica e desigualdade social, respeito e convivência com a diversidade de orientação e identidade sexual, racismo e violência contra a mulher. Em 2019, para agradar setores retrógrados que se sentem ameaçados pelo fortalecimento da luta feminista, o governo Jaime Cruz abriu um processo disciplinar contra a professora Virginia Baldan por ela promover a conscientização dos estudantes sobre os direitos das mulheres. A atitude lamentável ignorou os princípios da LDB e as diretrizes para o combate à violência contra a mulher previstas na Lei Maria da Penha e na própria Lei Orgânica do Município. Mais inacreditável ainda se mostrou a situação quando consideramos que foi endossada por profissionais da educação, como o secretário municipal da pasta e a supervisora de ensino que “pediu a cabeça” da professora. O machismo, a censura e o assédio moral se combinaram de uma forma vergonhosa em Vinhedo nesse episódio de perseguição ao trabalho pedagógico sobre a violência contra a mulher. O arquivamento do processo no início de 2020 representou uma importante vitória sobre aqueles que atacam as

mulheres, a educação e o serviço público. O vergonhoso episódio ocorrido em Vinhedo é elucidativo dos problemas que existem na educação na cidade.

Precisamos de gestão democrática nas unidades de ensino municipais

O problema do coronelismo político existente no serviço público da cidade de forma geral se faz muito presente no dia a dia da educação. Houve um avanço com a Ação Direta de Inconstitucionalidade que obrigou a Prefeitura a não contratar mais gestores das escolas e creches através de cargos comissionados. Entretanto sem efetivação da gestão democrática prevista no Plano Municipal de Educação e referendada posteriormente em um amplo processo de consulta às comunidades escolares, o vínculo político das equipes gestoras com o prefeito permanece, pois esses cargos são atualmente preenchidos por servidores em função gratificada. As funções gratificadas são estabelecidas e revogadas pelo chefe do Executivo Municipal. Isso limita os debates e favorece a cultura do clientelismo político na educação, constringendo a autonomia dos profissionais das equipes gestoras. Tivemos a experiência de uma professora retirada da função de coordenadora por participar de uma mobilização de servidores públicos contra a medida que penalizava colegas que ficavam doentes (Decreto da Maldade, que já explicamos na seção “Valorização dos Serviços Públicos”), o que expressou bem o caráter autoritário da política vinhedense e os problemas da ausência de gestão democrática nas escolas.

A gestão democrática também é condição para que se possa atingir a meta 7 do Plano Municipal de Educação de “Estabelecer a Avaliação Institucional Participativa para fomentar a qualidade da educação da rede municipal de ensino”.

O fortalecimento e a autonomia dos grêmios e dos Conselhos de Escola são fundamentais para que as unidades escolares construam sua própria identidade através de debates e participação ativa de toda a comunidade escolar.

Articulação entre as etapas de ensino e cooperação entre unidades

A falta de incentivo à criticidade e à gestão democrática por parte da Secretaria de Educação de Vinhedo nos últimos anos se soma à falta de referências pedagógicas que articulem o conjunto da rede de ensino. Chegam a surgir rivalidades entre diferentes modalidades de ensino pela falta de incentivo à cooperação. Aliás, o problema da rivalidade também foi observado em relação às diferentes escolas, construindo uma falsa ideia de diferença de qualidade entre escolas de diferentes bairros. Precisamos da cooperação do conjunto das unidades escolares e de todas e todos os seus profissionais em torno das referências presentes no Plano Pedagógico do município, ao mesmo

tempo em que deve-se incentivar e valorizar a autonomia e diversidade presente na rede municipal de ensino.

Convivência escolar

Já observamos acima que grupos conservadores dos privilégios e das injustiças sociais têm atuado para tentar bloquear o papel crítico da educação. Dessa forma, estão recauchutando a velha estratégia de estigmatizar e demonizar todos os setores da sociedade brasileira em luta pelos direitos e contra a violência aos setores mais explorados e oprimidos (mulheres, negras e negros e população LGBT). Não podemos perder de vista que o projeto autodenominado Escola “Sem” Partido foi, à sua maneira, mais uma iniciativa de criminalizar todas as movimentações sociais que lutam contra as absurdas injustiças existentes no país. É mais um capítulo da perseguição das lutas sociais no Brasil.

Sabemos que a educação é um processo muito amplo realizada pela TV, pela internet com a infinidade de coisas que ela tem, pelos amigos e colegas, pelo desenvolvimento físico e psicossocial que se estabelecem (ou deveria se estabelecer) em práticas esportivas e culturais, pelos valores espirituais que os seres humanos cultivam na forma das crenças que seguem, pelas propagandas desenvolvidas para conformar os desejos, pelas personalidades que são exemplos de sucesso e/ou caráter... A escola é mais um espaço relacionado à educação das crianças, adolescentes, jovens e adultos (no caso da Educação de Jovens e Adultos).

Em relação às diferentes identidades presentes no ambiente escolar, fruto das diferenças existentes na realidade, é preciso considerar em primeiro lugar o problema do individualismo. Vivemos em um mundo que valoriza o indivíduo acima de tudo e no qual as pessoas são induzidas a não acreditarem (e a temerem) tudo o que é ou lhes pareça social. Entretanto, inevitavelmente vivemos em sociedade e, nesse contexto, se cada um vai para a vida em sociedade com seu individualismo, querendo ser reconhecido por ser único e sempre diferenciado em relação aos demais, não conseguirão dialogar com outras referências, com outros valores.

A escola pública deve ser o lugar do respeito e acolhimento das diferenças, entendendo-as não como um problema, mas como uma riqueza da sociedade. A falta de diálogo aberto e franco no espaço público é a antessala das piores violências. Estão surgindo grupos (bolhas) unidos em torno de seus ódios (que são máscaras de seus medos). Nos últimos tempos não faltam consequências desse clima: bullying, racismo, machismo, homofobia, preconceito por estereótipos de beleza ou de condição de saúde.

A convivência na escola deve ser referência e aprendizado de diálogo, solidariedade, acolhimento e cooperação.

A valorização da formação das futuras trabalhadoras e trabalhadores vinhedenses começa na primeira infância

No início, a creche era entendida somente como um direito das mães trabalhadoras de “deixarem” seus filhos para poderem trabalhar. Entretanto, com muita luta, as creches passaram a ser consideradas como instituições educacionais, espaços em que as crianças têm direito à educação. A consequência disso é que as/os profissionais de creche passaram a ser encarados como educadoras e educadores (pela LDB).

E as pesquisas educacionais mostram que a formação das crianças na primeira infância é fundamental para todo o futuro desenvolvimento cognitivo, afetivo e social.

Por isso, os/as auxiliares de educação infantil de Vinhedo, a maior parte dos/as quais têm formação em pedagogia, reivindicam o reconhecimento do caráter educacional do trabalho que realizam. A inserção no quadro do magistério é possível e já foi feita em outras cidades como São Paulo e Itatiba. Defendemos a inclusão das/os auxiliares de educação infantil no quadro do magistério entendendo ser um direito tanto dessas/es profissionais quanto das crianças em contar com profissionais reconhecidos e valorizados por aquilo que fazem. Em Vinhedo o Plano Municipal de Educação estabelece a meta 11 de “implementar, até o segundo ano deste PME, o Plano de Carreira direcionado aos auxiliares de educação infantil da rede municipal de ensino. Já passaram-se 5 anos da vigência do PME e a meta ainda está longe de ser alcançada.

Qualificação da juventude para o trabalho e crítica para a democratização dos processos de produção e distribuição da riqueza socialmente produzida

Um dos grandes pensadores da educação brasileira Paulo Freire nos ensinou que a educação não pode ser entendida se não for como prática de liberdade. Vivemos em tempos nos quais o conhecimento e a tecnologia assumiram patamares extraordinários, quase mágicos. E por isso seria cômico, se não fosse trágico, que existam movimentos que usem telefones celulares e computadores (aparelhos que contêm em seus materiais e processos de fabricação uma impressionante quantidade de conhecimento e tecnologia) para propagar mentiras como que a Terra é plana e que não se deve tomar vacinas. Além disso, também impressiona como mensagens e imagens têm sido difundidas para disseminar ignorância e intolerância com finalidade política.

A crise social e ambiental se aprofunda. Só com muito conhecimento e solidariedade poderemos enfrentar os tremendos desafios que temos pela frente. A educação será cada vez mais fundamental para compreendermos melhor e enfrentarmos os problemas estruturais do país: concentração de riqueza; ultra exploração do trabalho; pouca diversificação produtiva (economia baseada na exportação de alguns poucos produtos primários) e segregação social.

A formação das crianças e da juventude para estarem qualificados para assumirem bons postos de trabalho exigirá também muita luta social para que construamos uma sociedade em que haja trabalho digno para todos.

Educação Especial

O Plano Municipal apresenta uma referência muito interessante para a organização das políticas públicas de educação especial, mas percebemos que a cidade ainda tem muito a avançar tanto no oferecimento de recursos quanto no que toca às formas de contratação e capacitação dos profissionais que trabalham e convivem com pessoas com deficiência. A cultura da inclusão precisa ser incorporada na educação, no serviço público e em toda a cidade.

Propostas

1. Assegurar acesso à Educação e condições adequadas de permanência.
2. Implementar da gestão democrática nas unidades de ensino municipais respeitando e valorizando a autonomia e diversidade das unidades de ensino.
3. Garantir a boa qualidade e variedade da alimentação na escola com a participação crescente de toda a comunidade escolar em relação ao Programa de Alimentação Escolar Municipal.
4. Garantir acesso através de transporte escolar para as crianças e adolescentes que estudam nas escolas públicas da cidade.
5. Manter a oferta do transporte para vinhedenses que dão continuidade a seus estudos em escolas técnicas, faculdades e universidades de cidades da região.
6. Fazer um diagnóstico das carências das unidades educacionais relativas às três dimensões: pessoal, estrutural e de equipamentos, estabelecendo prioridades e equacionar urgentemente problemas mais graves.
7. Elaborar um plano de manutenção, reformas e readequação seguindo critérios de prioridade.

8. Avaliar as condições de pessoal, estruturais e de recursos para ampliar o tempo de permanência dos estudantes vinhedenses nas escolas públicas municipais ou através de parcerias com bibliotecas, centros esportivos e culturais.
9. Estabelecer a Avaliação Institucional Participativa para fomentar a qualidade da educação da rede municipal de ensino.
10. Articular os trabalhos realizados nas diferentes etapas de ensino e nas diferentes unidades com os princípios pedagógicos que norteiam a educação no município.
11. Fomentar o fortalecimento e a autonomia dos grêmios e dos Conselhos de Escola nas unidades escolares para que construam sua própria identidade através de debates e participação ativa de toda a comunidade escolar.
12. Reconhecimento e valorização do trabalho pedagógico nas creches.
13. Incentivar a educação crítica para superar toda forma de bullying e preconceito (estereótipos de gênero, racismo, lgbtfobia, violência contra a mulher).
14. Qualificar a formação das crianças e da juventude para estarem aptos a assumir bons postos de trabalho.
15. Dar cumprimento à meta 5 do PME de “Universalizar para a população com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, ao acesso à educação básica e à educação de jovens e adultos e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados”.

ASSISTÊNCIA SOCIAL

Desigualdade e cidadania

Vivemos em um país profundamente desigual. Querer que existam e sejam cumpridos direitos sociais que operam sob a ética dos direitos humanos é querer viver em uma sociedade em que todas as pessoas sejam reconhecidas na sua condição de cidadania e, desfrutando de condições de dignidade, liberdade e autonomia, possam viver em igualdade e justiça social. Esse é o horizonte de uma sociabilidade de paz e é o que defendemos

Contudo, vemos e vivemos, ainda, com relações de muita violência e discriminação em função de condição econômica, gênero, raça, idade, condições de saúde, características físicas (obesidade, por exemplo), orientação e identidade sexual. As várias formas de violência e preconceito impedem a construção de uma sociedade realmente democrática. Há movimentos políticos, ao longo da história, que incentivam a intolerância em relação às diferenças, a ignorância em relação aos problemas sociais e a violência como método para tentar sufocar as reivindicações por igualdade social. Em nossos dias o Brasil presencia um movimento político com essas características, conhecido como bolsonarismo.

Histórico e importância da Assistência Social

A política pública de Assistência Social, mesmo após sua integração na Seguridade Social do Estado brasileiro pela Constituição Federal de 1988, continua sendo subvertida por muitos com práticas assistencialistas e por uma incompreensão de que ela seja uma política de proteção social de direito de cidadania. Não é incomum que se utilize da operacionalização dessa política, que se dá por meio de serviços e benefícios que compõem o Sistema Único de Assistência Social – SUAS, como instrumento eleitoral. Para isso, se constrói uma aparência de caridade e favor com mediações de mérito pessoal e tudo isso afasta o entendimento social sobre o conteúdo legal de direito de cidadania relacionado à Assistência Social.

A política de assistência social opera pelo SUAS direitos de cidadania acessíveis aos cidadãos nos seus serviços e benefícios socioassistenciais tendo por fundamento suas funções de vigilância socioassistencial, proteção social e defesa de direitos, para assegurar as seguranças sociais que afiança: renda, convívio e acolhida.

Segurança de renda

Benefícios do SUAS e programas de transferência de renda que são relacionados à política de assistência social, embora não sejam de fato por ela gerenciados, aparecem como formas de remediar as consequências da pobreza. Na verdade, tratam-se de prestações públicas fundamentais de sobrevivência para grande parte da população brasileira e do município que vive em condições de extrema pobreza, pobreza ou em situações circunstanciais de necessidade de proteção social pública, devido à profunda desigualdade econômica da sociedade em que vivemos.

Defendemos medidas estruturais contra o desemprego, o subemprego, o trabalho indigno, trabalho sem contrato de trabalho para que as pessoas por menos tempo vivam em situações precárias de sobrevivência e dependam de transferência de renda. Mas, somos conhecedores de que o desemprego e a precariedade do trabalho são questões desafiantes, que a renda mensal da grande maioria dos brasileiros está aquém de ser suficiente para a suprir as necessidades básicas de forma mínima (que dirá com dignidade) e que, por isso, também defendemos é necessário que o Estado assuma o compromisso pela proteção social; o que, no âmbito da política de assistência social, remete à garantia de segurança de renda.

Vivemos em um contexto de baixos salários e grande desemprego, o que aumenta a demanda por serviços públicos e torna mais premente as políticas de segurança de renda. Isso acentua nas mais diversas esferas do Estado brasileiro o debate sobre formas de garantir condições dignas de sobrevivência. A conquista do auxílio emergencial nos primeiros meses da pandemia no valor de R\$ 600,00 (diante da proposta inicial de R\$ 200,00 do Governo Bolsonaro) é um exemplo de como esse debate promoveu uma pressão social obrigando um recuo do governo federal. Em Vinhedo, em função do alto custo de vida, é preciso avaliar isso na sua especificidade e organizar alternativas como, por exemplo, um programa municipal de transferência de renda.

Segurança de convívio

Para além das medidas de transferência de renda, temos que entender a Assistência Social de uma forma mais ampla, pela sua essência, como uma referência para a proteção social às relações de cidadania e ao pertencimento territorial. A Assistência Social deve atuar no fortalecimento dos territórios, das famílias e dos indivíduos, enfrentando a discriminação e situações em que as pessoas tenham seus direitos de viver dignamente, de participação política e de acesso a direitos violados.

Em nossa concepção, portanto, a Assistência Social deve se constituir como uma referência no seu tripé de funções: vigilância socioassistencial, proteção social e defesa de direitos para a garantia de direitos sociais. Por isso, a Assistência Social pelo seu sistema SUAS deve atuar de forma articulada com outras políticas públicas e sociais de garantia de direitos, especialmente a Educação, Saúde e Trabalho.

Vinhedo é uma cidade marcada por diferenças e desigualdades territoriais. A pressão imobiliária para a abertura de loteamentos (condomínios) e a migração para bairros populares criaram uma conformação territorial marcada pela segregação, o que tem consequências não só econômicas, mas também culturais e de participação política.

O SUAS é organizado a partir dos territórios, buscando a integração da população à cidade, permitindo que todas e todos tenham condições de participar ativamente da vida política e social, assegurando a segurança de convívio pelo reconhecimento territorial e pertencimento.

Além disso, a inserção territorializada das unidades de referência (CRAS, CREAS e CREASPOP) permite que a função de vigilância socioassistencial conheça o cotidiano das famílias e indivíduos nos territórios e identifique os serviços disponíveis para que acessem os direitos tanto de responsabilidade da Assistência Social como das demais políticas públicas.

Ainda neste âmbito, é fundamental a implantação dos conselhos gestores nas unidades CRAS marcando a presença da população na implantação e implementação de serviços e benefícios socioassistenciais que garantam direitos diante de suas demandas. Além disto, a participação popular é uma forma de garantir a transparência no uso e a melhor aplicação do orçamento público.

As relações de convivência familiares e destas com a comunidade também compõem a atenção do SUAS com o objetivo de fortalecer os vínculos de proteção e a capacidade protetiva das famílias. Os serviços de proteção e atendimento integral PAIF e PAEFI executados nas unidades de referência CRAS e CREAS, exercem essa atenção específica e contribuem para prevenir e/ou romper ciclos de violência intrafamiliar, o isolamento social, a discriminação, a vivência de violações de direitos, o aprofundamento das ausências de direitos. Esses serviços em conjunto com os serviços do CREASPOP são referência para outros serviços socioassistenciais, estabelecidos na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais de 2009 (serviços de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças e adolescente, para jovens e para idosos, serviços de atenção em domicílio para pessoas com deficiência e pessoas idosos, serviços de acolhimento

institucional para crianças e adolescentes, para idosos e para pessoas em situação de rua e, repúblicas).

É fundamental que façamos um estudo dos indicadores da vigilância socioassistencial para identificarmos a qualidade e extensão dos serviços já implantados no município e aqueles que demandam implantação, da mesma forma que possamos identificar as necessidades de ampliação, de implementação e de novas estratégias.

Segurança de acolhida

Esta segurança refere-se à responsabilidade da Assistência Social em dispor serviços para que nenhuma pessoa fique sem um teto, um abrigo, por ausência de acolhida seja porque encontra-se em situação de rua ou abandono familiar, seja porque necessita de afastamento do domicílio de residência para proteção pessoal mediante vivência de violência, seja porque, em momentos climáticos ou de catástrofes que agridem a condição humana, perca seu lar.

Os serviços de acolhimento institucional para crianças e adolescentes, para idosos, para pessoas em situação de rua são os mais conhecidos. Contudo, a vivência da violência doméstica por mulheres, as dificuldades de cuidados pelos familiares às pessoas com deficiência quando envelhecem ou quando seus responsáveis envelhecem e as condições com que os jovens saem das unidades de internação de medida socioeducativa ou dos serviços de acolhimento institucionais têm ampliado a demanda da segurança de acolhida.

No outro campo dessa segurança temos aquelas situações emergenciais que ocorrem por catástrofes ou calamidades em que são necessários, dentre outros acessos de direitos, a garantia de um local de acolhida para famílias e indivíduos que resguarde a individualidade, a dignidade e a intimidade. É preciso contar com planejamento e estrutura física e/ou financeira para lidar de forma justa e correta.

São também os dados da vigilância socioassistencial que devem indicar a qualidade e cobertura dos serviços de acolhimento institucional, propor outras estruturas mais adequadas e indicar parâmetros de atenção para situações de emergência e calamidade.

Valorização das trabalhadoras e trabalhadores da Assistência Social

As funções de vigilância socioassistencial, proteção social e defesa de direitos assim como a execução concreta dos direitos socioassistenciais nos serviços do SUAS são de

responsabilidade de trabalhadoras e trabalhadores que precisam ser reconhecidos, valorizados e permanentemente capacitados para entregar com qualidade e eficiência os resultados dos serviços para a população.

Tratando-se de política pública e serviços é indispensável que as/os trabalhadoras/es inclusive os das hierarquias de direção, gerência, chefia, sejam servidores públicos municipais de carreira da Secretaria Municipal de Assistência Social e tenham experiência e conhecimento teórico e das funções.

Orçamento

É indispensável que a política de Assistência Social tenha um percentual orçamentário fixo, reajustável anualmente. Os recursos devem ser suficientes para garantir a execução de todas as suas atividades, tanto os serviços, quanto os benefícios, sempre com padrão de qualidade, eficiência e na direção da universalização.

Temos que lutar muito para que não se perpetue o corte de renda pelo nível da extrema pobreza e pobreza para acesso às seguranças sociais afiançadas pelas políticas de Assistência Social e para que não mais convivamos com a negação do direito pela ausência do investimento público.

É urgente a revogação da Emenda Constitucional 95 de 2016 que congela os recursos destinados à Saúde, Educação e Assistência Social durante 20 anos e da Lei complementar 173/20 que limita a reposição de trabalhadores no serviço público, pois essas medidas contribuem para asfixiar o financiamento e operacionalização do SUAS.

Propostas

1. Defesa da Assistência Social em seu tripé de funções: vigilância socioassistencial, proteção social e defesa de direitos.
2. Consolidação dos conselhos gestores nas unidades CRAS com participação popular e autonomia.
3. Implementação das unidades de referência CRAS e CREAS.
4. Implantação da unidade CREASPOP.
5. Implementação de processos de trabalho volantes nos territórios em que a população tenha dificuldade de acesso à unidade do CRAS, CREAS, CREASPOP.
6. Implementação de processos integrados entre serviços socioassistenciais executados direta e indiretamente.
7. Integração da rede SUAS em sistema informatizado municipal.

8. Ampliação das equipes das unidades de referência e dos serviços socioassistenciais.
9. Implementar os serviços de acolhimento institucional existentes no município adequando a oferta à demanda existente.
10. Implementar formas de acolhimento nas modalidades de república para os ciclos de vida que melhor se beneficiarem com esta forma.
11. Implantar atenção para acolhida de mulheres vítimas de violência com seus dependentes, famílias e/ou indivíduos em situação circunstancial de desabrigo, além de famílias e/ou indivíduos que sofram desabrigo em razão de calamidade e emergências.
12. Implementar processos de trabalho condizentes e respeitosos para acolhimento das pessoas em situação de rua.
13. Revisão do plano de cargos, carreiras e salários e implementação
14. Implantação de processos participativos das avaliações de desempenho e dos acessos a funções na hierarquia
15. Revisão junto ao serviço de segurança e medicina ocupacional para incorporação de adicionais de insalubridade para os servidores nos serviços que o exijam
16. Implantação da Educação Permanente
17. Garantia da mobilidade interna dos servidores entre os serviços (transferências) de forma transparente, democrática e segura impedindo processos que sejam prejudiciais aos serviços e/ou se caracterizem pelo assédio moral
18. Revisão da lei municipal de benefícios eventuais.
19. Implantação de programa de transferência municipal.
20. Maior integração dos profissionais de Assistência Social com as servidoras e servidores que atuam nos outros Serviços Públicos Municipais, especialmente na Educação e na Saúde.
21. Formação continuada para os servidores públicos municipais com a identificação dos direitos ameaçados ou violados na cidade e com a discussão e proposição de medidas para garantir a efetivação de todos os direitos civis, políticos e sociais para as cidadãs e cidadãos vinhedenses, com atenção especial para grupos historicamente marginalizados.

LUTA CONTRA AS OPRESSÕES

Em um mundo dominado pela força e pelo interesse do dinheiro, que incentiva o individualismo e a competição de forma exacerbada e doentia, tem se tornado muito difícil para boa parte da população entender os problemas sociais. Há movimentos políticos no Brasil e no mundo que tentam esconder as injustiças e desigualdades sociais. Em nosso país o principal movimento político que atua nesse sentido é o bolsonarismo.

Para o PSOL, negar que mulheres, negras e negros, população LGBTQIA+, idosos, pessoas com deficiência e outros grupos sociais são alvos de preconceito e violência é negar a própria realidade.

Contra a ignorância em relação aos problemas e a intolerância em relação às reivindicações desses grupos sociais, nós apresentamos nossas propostas reconhecendo seus direitos e suas lutas.

Mulheres – Marielle Presente! Hoje e Sempre!

Infelizmente é comum vermos nos jornais casos de mulheres assassinadas por ex-namorado ou ex-maridos que não aceitam o fim do relacionamento. Em 2017 um homem matou a ex-mulher, dez pessoas (sendo 8 mulheres) e o próprio filho. O assassino deixou uma carta com ideias ainda muito presentes hoje em dia: “Se a vadia ficasse comigo ela não precisaria trabalhar e poderia ficar contigo tempo integral”; “Os homens não batem na mulher sem motivo! Alguma coisa elas fazem pra irritar o agressor”.

Para muitos, as mulheres devem ser dependentes economicamente dos homens. E não são poucos os que culpam as mulheres pelas violências que elas mesmas sofrem. As mulheres recebem salários menores mesmo realizando os mesmos trabalhos que os homens. E dedicam o dobro de horas que os homens em cuidar de pessoas e afazeres domésticos.

Precisamos responder a essa situação de violência contra as mulheres com muita organização e luta. Apresentaremos aqui algumas medidas a serem tomadas pelo governo municipal para fortalecer a luta pela igualdade de gênero.

Propostas específicas sobre os direitos das mulheres

1. Atuação centrada em campanhas educativas de combate à violência contra a mulher e à cultura do estupro.

2. Efetivação da Lei Maria da Penha, que prevê campanhas escolares, dentre outras medidas.
3. Fortalecimento e ampliação da rede de proteção às mulheres e filhos em situação de violência.
4. Criação da Casa Abrigo que irá acolher a mulher vítima de violência doméstica e seus filhos.
5. Criação de uma rede de auxílio psicológico, assistencial e outras demandas decorrentes da alta vulnerabilidade das mulheres em situação de violência doméstica.
6. Cursos de formação e capacitação da Guarda Civil Municipal para aplicação da Lei Maria da Penha na cidade de Vinhedo.
7. Criação de programas de recuperação de homens que cometeram violência doméstica, para desconstrução de valores machistas.
8. 16 dias de ativismo (novembro) contra a violência doméstica. Esclarecer quais são os tipos de violência contra a mulher (sexual, patrimonial, psicológica, física e moral).
9. Comemoração da Semana da mulher em março, conjuntamente, com a participação do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Vinhedo.
10. Cursos de aprimoramento, para os servidores municipais, em parceria com o Centro de Estudos de Gênero PAGU, da Unicamp.
11. Campanhas para eliminação da desigualdade salarial entre homens e mulheres existente nos diversos setores da economia municipal.
12. Desenvolver de Programas de Educação Profissionalizante com foco em mães solo e chefes de família.
13. Aumentar o número de vagas em creches públicos para contemplar a totalidade das crianças que necessitam de Educação Infantil.
14. Fomentar atividades de formação nas escolas, centros culturais e esportivos da cidade para contribuir na formação das crianças e jovens da cidade.
15. Desenvolver de programas de apoio a gestante e parturiente com o fortalecimento do parto humanizado.
16. Desenvolver campanhas contra a violência obstétrica.
17. Desenvolver programas de prevenção e atenção à saúde sexual e reprodutiva da mulher, através de campanhas de prevenção e informação, criação de espaços de participação e aumento das consultas em Ginecologia e realização de exames preventivos.
18. Consolidar estrutura para a realização regular de mamografia no próprio município.
19. Campanha de conscientização permanente em relação ao câncer de mama.

Direitos da população LGBTQIA+

Em 2019, pelo menos 124 pessoas transgênero, entre homens e mulheres transexuais, transmasculinos e travestis, foram assassinadas no Brasil, em contextos de transfobia. Em relação à situação econômica, a população LGBTQIA+ é excluída de muitos postos de trabalho aumentando a situação de vulnerabilidade. Em relação a travestis e transexuais, há estimativas de que cerca de 90% sobrevivem da prostituição em boa parte dos casos por falta de outras oportunidades de emprego.

Esses e outros dados revelam o quanto é necessário superarmos o preconceito e a ausência de políticas que revertam o quadro de grande violência e segregação as quais a população LGBTQIA+ está historicamente exposta. Inclusive em 19 de abril de 2012, a transsexual Bianca Niero foi encontrada seminua em um terreno na Vila Pompeia com duas perfurações de tesoura – abdômen e garganta – e teve a cabeça totalmente espancada. Bianca foi mais uma das vítimas fatais de transfobia e esse crime ocorreu em Vinhedo. Como se não bastasse o aumento da violência contra a população LGBTQIA+, temos um governo federal que se coloca contra gays, travestis, travestis, transexuais e toda as pessoas LGBTQIA+. Mas também a luta faz avançar o reconhecimento e respeito como na decisão recente da justiça que derrubou a restrição que impedia gays de doarem sangue ou os debates que têm sido travados na sociedade brasileira sobre a criminalização da homofobia.

A inserção de um evento ligado ao orgulho gay no calendário oficial de Vinhedo se faz necessária para reconhecer e dar visibilidade à pauta desse movimento tão importante na sociedade brasileira.

Como não querem ser lembrados como pessoas preconceituosas, coniventes e estimuladoras da violência homofóbica, vereadores e indivíduos contrários à reivindicação de inserção do “Dia de Orgulho LGBTQIA+” no calendário oficial do Município (projeto proposto e retirado por um vereador em 2019) passaram a distorcer a reivindicação do movimento LGBTQIA+ de Vinhedo e tentar confundir a população. Os grupos homofóbicos de Vinhedo e seus representantes passaram a difundir a ideia de que esse movimento reivindica recursos vindos de outras áreas e que, conseqüentemente, a demanda do movimento traria prejuízos para o uso dos recursos públicos.

É preciso esclarecer que a reivindicação do movimento, em primeiro lugar, é por reconhecimento da situação de preconceito e violência à qual a população LGBTQIA+ é submetida diariamente. E a inserção de um evento ligado ao orgulho gay no calendário

oficial da cidade, tem justamente o sentido de reconhecer e dar visibilidade à pauta desse movimento tão importante na sociedade brasileira. Em relação ao debate sobre recursos públicos, entendemos que há grande margem para a redução dos cargos comissionados e revisão de contratos da Prefeitura liberando os recursos necessários para fomentar atividades ligadas à cultura, bem como a outras áreas que promovam o desenvolvimento social e a garantia dos direitos humanos na cidade.

Nós, do PSOL-Vinhedo, nos colocamos ao lado do movimento LGBTQI+ e suas demandas contra o preconceito, contra a violência e por uma vida digna para todos.

Achamos legítimo e necessário que haja políticas públicas que garantam Cultura, Educação, Saúde e Segurança para toda a população da cidade, incluindo a população LGBTQI+.

É preciso promover leis e ações municipais que visem o respeito e reconhecimento da diversidade sexual e de gênero, combatendo o preconceito e a homo/transfobia existente em nosso município, estimulando a sociedade a conviver com as diferenças. É preciso políticas públicas que garantam o direito da população LGBTQI+ à vida e dignidade.

Propostas específicas sobre os direitos da população LGBTQI+

1. Inserir a data da Parada LGBTQI+ no calendário comemorativo de Vinhedo
2. Grupos de apoio e acolhimento psicológico às pessoas LGBTQI+ nos postos de saúde;
3. Amplo debate com a sociedade em relação ao discurso de ódio e intolerância em relação à orientação sexual e de gênero
4. Ações de apoio aos jovens LGBTQI+ expulsos de casa e/ou que sofram violência doméstica, física e/ou psicológica.
5. Proibição de qualquer exigência, em concurso ou processo de seleção de pessoal de requisito relacionado com orientação sexual e identidade de gênero ou qualquer outra forma de discriminação.
6. Reconhecer organizações representativas LGBTQI+.
7. Reconhecer a família homoparental nos programas de assistência social.
8. Capacitar as equipes e profissionais do serviço público para o respeito e atendimento à população LGBTQI+.
9. Programas de mediação de conflitos, que envolva educadores, alunos, pais e comunidade, motivada por preconceito em relação à orientação sexual e de gênero.
10. Reconhecer empresas que promovam a diversidade com selo municipal de promoção da diversidade sexual e de gênero.

11. Criação do Conselho Municipal da População LGBTQIA+.
12. Cursos de aprimoramento da guarda municipal em relação à inserção de mulheres trans, na Lei Maria da Penha (<https://spbancarios.com.br/02/2020/lei-maria-da-penha-pode-ser-aplicada-mulheres-transexuais>);
13. Implantar Centro de Acolhimento à população LGBTQIA+, através de equipe multidisciplinar.

Negras e negros

Lutamos por uma sociedade livre do racismo, contra o genocídio da juventude negra e periférica e por mais direitos para a nossa negritude! Para isso, é preciso a política de repressão e superexploração das trabalhadoras e trabalhadores negros. Os jovens de 18 a 29 anos são 55% nas penitenciárias e mais da metade são negros e não têm o Ensino Fundamental completo. Não dá para o Brasil ter taxas de homicídio que se comparam a países em guerra civil, seguir lotando as cadeias públicas e ter pouco mais de 5% dos homicídios investigados. Além de serem o principal alvo de violência em nossa sociedade, a população negra é quem recebe os piores salários. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2019 revelou uma absurda diferença salarial entre brancos e negros de 45%. Mesmo entre brancos e negros com ensino superior, a diferença continua expressiva, segundo o Instituto Locomotiva, de 31%. Precisamos de conscientização e superação do racismo.

Propostas específicas sobre os direitos da população negra

1. Cumprimento da Lei 11.645 que trata da formação continuada dos docentes em história e cultura negras.
2. Realização da Conferência Municipal da Igualdade Racial para debater o histórico e a situação atual do racismo em Vinhedo.
3. Criar espaços de participação social e de construção de políticas anti-racistas para o município.
4. Criação do Núcleo de estudos e intervenções relacionados à cultura afro e indígena na Secretaria da Cultura como referência para monitorar e formular medidas para enfrentar o racismo na cidade.
5. Apoiar os movimentos culturais negros, com referência inicial nas iniciativas de samba de roda e hip-hop já existentes em Vinhedo.

População Idosa

Parte expressiva da população vinhedense tem mais de 60 anos. Segundo o diagnóstico elaborado pela Prefeitura para subsidiar a revisão do Plano Diretor em 2019 eram 14,6%

ou 14.476 pessoas. O Estatuto do Idoso prevê em suas diretrizes referências importantes de proteção e cuidado, apontando para aspectos de acesso à serviços públicos, com destaque para tratamento no SUS, além de afirmar que nenhum idoso poderá ser objeto de negligência, discriminação, violência, crueldade ou opressão.

No espírito dessas referências apresentamos algumas propostas de políticas públicas voltadas para esse segmento da população, visando propiciar maior assistência social, ampliação do espaço de convivência e socialização, melhoria da qualidade de vida, resgate da autoestima e o exercício da cidadania.

Propostas específicas sobre os direitos da população idosa

1. Programa de Assistência ao Idoso, destinado às pessoas da Terceira Idade que estejam em situação de vulnerabilidade social, ou em situação de risco, e não podem ficar sozinhos em casa.
2. Oferecer ao idoso uma assistência preventiva, protetiva e de recuperação por meio do Sistema Único de Saúde com destaque para a especialidade de geriatria.
3. Articulação do Programa Saúde da Família para o atendimento de idosos acamados ou impossibilitados de locomoção.
4. Ampliação e adequação dos espaços públicos para a acessibilidade e usufruto da população idosa.
5. Criar um Centro de Referência à População Idosa como espaço de socialização, articulação e orientação em relação aos direitos das pessoas idosas
6. Estabelecer parcerias com instituições educativas, culturais e esportivos para ampliar as atividades para a população idosa na cidade (dança, artesanato, ginástica, oficinas da memória, bingos, viagens, bailes, ...).
7. Criação de programas de ensino destinado aos idosos, com a articulação com universidades e escolas técnicas da região.
8. Campanhas contra a discriminação do idoso, no setor público e privado.
9. Adequação das calçadas e vias urbanas para favorecer a acessibilidade das pessoas idosas.

Pessoas com deficiência

Dados oficiais do IBGE, Censo 2010, apontavam que, 24,5% da população brasileira, isto é, cerca de 46 milhões de pessoas, tinham algum tipo de deficiência. Apesar disso, vemos por parte da sociedade um desconhecimento acerca da realidade dessas pessoas. E sem o conhecimento e debate público sobre os problemas das pessoas com deficiência, não construiremos referências vivermos em uma sociedade que as respeite

e acolha. As lutas das pessoas com deficiência trouxeram avanços importantes, alguns dos quais foram traduzidos em leis.

Propostas específicas sobre os direitos da população com deficiência

1. Assumir compromisso com as referências presentes Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e com a Instituição da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).
2. Adotar o tema da pessoa com deficiência como transversal, permeando todas as políticas e programas do município.
3. Fortalecer do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência.
4. Avançar na garantia das formas de acessibilidade a todos os espaços públicos.
5. Proporcionar nas Escolas da Rede Municipal, acessibilidade total, tanto física quanto comunicacional, garantindo mobiliário adequado para as necessidades específicas dos alunos, acessibilidade arquitetônica e disposição de materiais adaptados.
6. Garantir professores especializados em Educação Especial na Rede de Ensino, alocados conforme a demanda das escolas.
7. Garantir formação continuada aos professores de toda a rede municipal em relação à Educação Inclusiva, bem como, as múltiplas manifestações e abordagens pedagógicas relacionadas às deficiências.
8. Garantir acompanhamento pré-natal, com a oferta de exames e outros recursos para prevenir agravos do parto ou oferecer acompanhamento especializado e detecção precoce para síndromes genéticas ou má formações.
9. Oferecer acompanhamento especializado, na rede de Atenção Primária à Pessoa com Deficiência ou Síndromes, bem como campanhas de prevenção de acidentes domésticos e do trabalho, realizadas de forma sistemática ou programada, tanto nas UBSs como pelas equipes de Estratégias de Saúde da Família.
10. Garantir o cumprimento da Lei de Cota para contratação de pessoas com deficiência nos espaços públicos e privados; Cultura, Turismo e Lazer.
11. Incentivar a criação de centros de convivência para o fomento de programas nas áreas de cultura e lazer para pessoas com deficiência.
12. Desenvolver programas de esportes nos centros de convivência e associações de bairro que visem a saúde e bem estar das pessoas com deficiência.
13. Garantir a oferta de transporte público em quantidade e qualidade suficiente para atender a população de pessoas com deficiência.
14. Realizar a adaptação de calçadas, estacionamentos e vias públicas pra garantir a acessibilidade.

CULTURA

O artigo 215 da Constituição Federal diz: “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais”. Mas entendemos que o poder público municipal tem muito a fazer para consolidar a cultura efetivamente como um direito da população. O centro do nosso programa para a cultura é abrir o diálogo com artistas, ativistas culturais e coletivos para a construção de uma Rede de Cultura, que avance para a organização de ações, fontes de financiamentos e reconhecimento das iniciativas já existentes de produções culturais.

Propostas

1. Organizar chamadas para ações, eventos e atividades culturais com remuneração aos artistas.
2. Manter cadastros e listas de artistas e produtores culturais atualizados, e a partir desta base de dados, criar uma rede de interação entre os artistas.
3. Promover encontros e reuniões para promover a reflexão sobre a Cultura em Vinhedo.
4. Articular a produção artística local com o trabalho pedagógico realizado nas escolas.
5. Estabelecer contato com outras Secretarias e órgãos municipais com objetivo de organizar atividades, cursos e oficinas interdisciplinares.
6. Estabelecer convênios com universidades e centros de pesquisa da região para oferecimento de cursos para os artistas da cidade.
7. Revitalizar os espaços públicos municipais com o objetivo de promover ações culturais nos mesmos.
8. Promover eventos, feiras e exposições com o objetivo de disseminar o trabalho dos artistas locais.
9. Promover ciclo de palestras e atividades em escolas públicas sobre as manifestações artísticas existentes no município.
10. Garantir o acesso às pessoas com deficiência física e visual aos espaços culturais
11. Contribuir para a realização do Carnaval no centro de Vinhedo.
12. Fortalecer as iniciativas de fomento à arte já existentes, com destaque para o FESTEVI e FLIVI.
13. Referenciar a Fazenda Cachoeira como patrimônio cultural e ambiental do município a ser conhecido e reivindicado por toda a população por sua importância histórica e ecológica.
14. Revitalizar a Estação Ferroviária em polo cultural.

15. Construir junto aos artistas e empresários do setor do turismo um Mapa Turístico-Cultural da cidade.
16. Propiciar a democratização do cinema em sessões no teatro municipal e nos bairros da cidade.
17. Apoio aos Corais, à Banda Sinfônica Municipal e à Fanfarra

ESPORTE E LAZER

O esporte e o lazer são direitos garantidos na Constituição Federal de 1988. Entretanto, observamos de maneira geral a ausência de políticas públicas que efetivem esses direitos. É necessário promover de forma diversificada e organizada as mais diversas modalidades de esportes. O esporte e o lazer são práticas que contribuem para a promoção da saúde e meios importantes de socialização. Integrar as ações esportivas com programas de saúde para todas as idades e ocupar ao máximo os equipamentos públicos existentes com atividades que propiciem bem estar para a população são metas ambiciosas mais possíveis de serem alcançadas. Além disso, cabe também o espaço para a oportunidade de revelação e formação de atletas na cidade.

Propostas

1. Realizar a adequada manutenção em relação aos prédios, recursos e equipamentos públicos utilizados para a prática de exercícios e de esportes.
2. Desenvolver ações para a promoção de iniciação nas diferentes modalidades esportivas.
3. Ocupar os espaços públicos com equipamentos para a prática de exercícios com o acompanhamento de técnicos especializados.
4. Corrigir a demanda de profissionais da Secretaria de Esportes com concursos públicos.
5. Consolidar nos bairros centros de práticas esportivas como forma de integração social e da promoção de saúde.
6. Incentivar o conhecimento e valorização de todas as modalidades esportivas.

MEIO AMBIENTE

No momento em que entregamos esse programa de governo, em meados de setembro de 2020, Vinhedo sofre novamente com problemas na disponibilidade de água para abastecimento da cidade. A notícia de 18 de setembro no site da Sanebavi é “Baixos níveis dos reservatórios podem prejudicar o abastecimento de água neste final de semana”. Nesta seção procuraremos entender melhor a origem desse problema e as alternativas que temos para enfrentá-lo. Também apresentamos outras propostas para organizarmos intervenções públicas em relação ao meio ambiente.

Histórico do uso do solo na cidade

Vinhedo sofreu uma mudança no uso do solo principalmente a partir da década de 1970, que ocasionou a perda de 87% de sua cobertura vegetal nativa, de acordo com o diagnóstico sobre os problemas metropolitanos produzido no âmbito do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de Campinas (PDUI-RMC). O principal fator de desmatamento no município foi a expansão da construção de condomínios residenciais privados, que intensificou sobretudo nos últimos 30 anos e culminou na elaboração pela Promotoria de Justiça de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) em 2012 que impede a Prefeitura de Vinhedo de autorizar a edificação de novos condomínios, em vigor até 2022.

Hoje são 4.437 ha de cobertura, sendo apenas 1.089 ha de vegetação nativa (Mapa 1), segundo banco de dados disponibilizado pela Secretaria de Meio Ambiente e Urbanismo (Semaurb) de Vinhedo (atualizado em 12/09/2019). Essas áreas, no entanto, são descontínuas, o que pode causar inúmeros problemas, como a perda de habitat para a fauna nativa, com consequentes aumento de acidentes – só em 2019 foram registrados 12 animais silvestres mortos e 26 feridos por atropelamentos e outros – e extinções locais; e a intensificação do efeito de borda nos remanescentes florestais, o que com o tempo leva a perda das funções ecológicas e até ao seu desaparecimento.

Situação atual das áreas verdes em Vinhedo

A Lei da Mata Atlântica (Lei n.º 11.428/06 e Decreto n.º 6.660/2008) reforça o papel dos municípios na proteção dos remanescentes de mata, por meio dos instrumentos de planejamento. Além disso, a Resolução SMA 07/2017 determina que Vinhedo é de

prioridade muito alta para restauração da vegetação nativa. O município integra o programa Reconecta da Região Metropolitana de Campinas (RMC), que prevê a conexão entre áreas de proteção ambiental. Porém, não há nenhuma Unidade de Conservação no município; e hoje há apenas uma área cadastrada no Sistema Informatizado de Apoio à Restauração Ecológica (SARE), com 0,0336 ha.

As áreas verdes preservadas de Vinhedo compõem principalmente Áreas de Preservação Permanente, que podem estar em áreas públicas ou privadas e têm a principal função de conservar matas ciliares em nascentes e ao longo de cursos d'água. No entanto, este mecanismo de proteção ambiental – e consequentemente dos mananciais – foi severamente fragilizado a partir da mudança no Código Florestal (Lei 12.651/2012) em 2012 ao flexibilizar as autorizações para o desmatamento em APPs. Com isso, a situação dos mananciais em Vinhedo fica ainda mais crítica, como já temos observado as constantes crises hídricas ocasionadas pela estiagem nos últimos anos.

Bens hídricos, resíduos líquidos e sólidos

O município possui mais de 390 nascentes em seu território, sendo que 259 estão degradadas. A Sanebavi, autarquia municipal responsável pelo saneamento básico, tem duas estações de tratamento de água com captação de mananciais superficiais (principalmente do Rio Capivari, Córrego Bom Jardim e Córrego do Moinho), que somadas abastecem 88,9% da população, trabalhando em sua capacidade total de captação. No entanto, o índice estimado de perda de água no sistema de distribuição é de 33,6% e pode ser reduzido, comparando com a média da RMC. A Sanebavi também é responsável pelo tratamento de esgoto e possui duas estações que cobrem 82,33% da população total do município. Após o tratamento, o efluente é lançado no Ribeirão Pinheiros, afluente do rio Atibaia, cujo nível de poluição já foi alvo de denúncias. Um estudo encomendado pelo Ministério Público Federal em 2015 revelou que 130 empresas descartam dejetos neste Ribeirão.

Em relação aos resíduos sólidos, são depositadas por mês 2.576 toneladas em aterro sanitário de Paulínia, enquanto apenas 190 toneladas são encaminhadas para a central de triagem para serem reciclados, de acordo com o banco de dados da Semaurb.

Hoje o município ocupa o 14º lugar no ranking de abastecimento de água em São Paulo graças ao gerenciamento hídrico da Sanebavi. No entanto, o crescente incentivo à privatização dos serviços públicos de saneamento básico promovido pelo governo

federal ameaçam a qualidade do serviço prestado à população vinhedense. Ao mesmo tempo, o contexto de proteção nas nascentes e remanescentes florestais é preocupante e necessita ações urgentes. Como subsídio, o município já possui Fundo Municipal de Meio Ambiente, cujo montante em 2018 ultrapassava os R\$ 690.000,00 (Semaurb, 2019). Além disso, o Plano Diretor Participativo de Vinhedo (Lei complementar nº 66/2007) prevê a criação de um fundo de compensação ambiental para ações de interesse público.

Propostas

1. Promover a recuperação das nascentes presentes no município, por meio de parceria com institutos de pesquisa e universidade públicas da região;
2. Promover o reflorestamento com espécies nativas em Áreas de Preservação Permanente degradadas, com incentivo aos proprietários dessas áreas por meio de assistência técnica e fortalecimento do viveiro de mudas da cidade;
3. Promover a conexão entre áreas com cobertura vegetal nativa, por meio da criação de corredores ecológicos, de acordo com a proposta do Programa Reconectas;
4. Apoiar a criação da APA Serra dos;
5. Fortalecer o programa de prevenção de queimadas;
6. Defesa da Sanebavi como patrimônio do povo vinhedense e como instituição pública estratégica para a condução e implementação de políticas ambientais na cidade.
7. Ampliar o abastecimento de água para 100% da população do município, por meio de investimento na capacidade de captação da Sanebavi;
8. Ampliar a rede coletora de esgoto para 100% da população;
9. Diminuir o Índice de perda de água na rede de abastecimento;
10. Incentivar a coleta e uso de águas pluviais em edifícios públicos para usos não-potáveis;
11. Ampliar a coleta seletiva na cidade e fortalecer o Centro de Triagem;
12. Fiscalizar com rigor o descarte de dejetos das indústrias, com aplicação das sanções cabíveis;
13. Criar um programa de educação ambiental transversal no município, que apoie ações não só nas escolas e promova a reflexão crítica sobre os padrões predatórios de consumo e desenvolvimento da nossa sociedade;
14. Incentivar a criação de composteira nas escolas, para destinação das sobras de alimentos da merenda escolar, com envio do composto para o Viveiro de Mudas Municipal;
15. Incentivar pesquisas sobre a recuperação das áreas terrestres e corpos d'água contaminados, por meio de parceria com a Cetesb e universidades da região;
16. Incentivar o envolvimento da população vinhedense na recuperação das áreas degradadas;

17. Incentivar a ampla e livre participação da população nos Conselhos Municipais ligados à Secretaria de Meio ambiente e Urbanismo.
18. Reestruturar a Secretaria de Meio Ambiente (SEMA), com quadro de funcionários tecnicamente qualificados e orçamento compatível com as demandas.
19. Implantação gradual de sistemas de geração fotovoltaico nos prédios públicos.

Direito dos animais

Reconhecemos a legitimidade das lutas de ativistas, tutores, associações e pessoas em defesa do bem estar dos animais, também reconhecemos os animais como sujeitos portadores de direitos e assim serão tratados. A Organização Mundial da Saúde estima que só no Brasil existam mais de 30 milhões de animais abandonados, entre 10 milhões de gatos e 20 milhões de cães. Em cidades de grande porte, para cada cinco habitantes há um cachorro. Destes, 10% estão abandonados. No interior, em cidades menores, a situação não é muito diferente. Em muitos casos o número chega a 1/4 da população humana Além do abandono, são comuns, lamentavelmente, casos de maus tratos contra os animais. Por outro lado, em que pese o avanço das organizações da sociedade civil na luta em defesa dos animais, é preciso que o poder público municipal participe e articule redes de proteção.

Propostas específicas sobre os direitos dos animais

1. Estabelecer parcerias permanentes com ativistas e associações de defesa dos animais para construção de redes de proteção e ações para assistirem às demandas dos animais e de seus tutores.
2. Atuar com rigor na fiscalização aos maus tratos de animais domésticos e de rua.
3. Criar campanhas de castração e vacinação dos animais domésticos e dos animais de rua.
4. Estabelecer parcerias com entidades e clínicas veterinárias para atendimentos de animais domésticos de famílias em situação de vulnerabilidade econômica.
5. Criar campanhas públicas e políticas públicas para combater o abandono e os maus tratos aos animais.
6. Adotar projetos transversais nas escolas de ensino fundamental que ensine e cultive o respeito aos animais.

AGRICULTURA

Fortalecer a agricultura sustentável em Vinhedo

O último Levantamento Censitário das Unidades de Produção Agropecuária (LUPA) da Coordenadoria de Desenvolvimento Rural Sustentável (CATI), órgão da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Governo do Estado de São Paulo, traz referências importantes para pensarmos na agricultura em Vinhedo:

Tabela 1. Unidades de Produção Agropecuária de Vinhedo por área (2016/2017)

Área	N.DE UPAs	MÍNIMO	MÉDIO	MÁXIMO	TOTAL
(0, 1] ha	9	0,4	0,7	0,8	6,4
(1, 2] ha	15	1,1	1,8	2,0	26,5
(2, 5] ha	65	2,1	3,1	5,0	203,8
(5, 10] ha	23	5,2	7,3	9,7	167,3
(10, 20] ha	24	10,5	14,0	17,1	336,4
(20, 50] ha	11	22,0	28,3	43,0	311,5
(50, 100] ha	4	50,4	58,5	77,0	233,8
(100, 200] ha	3	135,5	156,3	169,4	468,9
(200, 500] ha	2	362,5	392,8	423,0	785,5
Total	156	-	-	-	2.540,09

Fonte: Secretaria de Agricultura e Abastecimento, CDRS/IEA, Projeto LUPA.

O estudo indicava um total de 156 Unidades de Produção Agrícola perfazendo uma área total de 2.540,09 hectares, sendo que a maior parte das propriedades (136) apresentavam tamanho de até 20 hectares. Segundo esse mesmo levantamento havia 344 moradias habitadas no total de Unidades de Produção Agrícola, o que aponta para centenas de pessoas que possuem um vínculo mais estreito com a terra no município, embora seja revelado também que o proprietário era residente na própria UPA em apenas 45 das propriedades, o que aponta para a existência dos chamados “caseiros” ou para relações de arrendamento ou locação.

O LUPA indica tanto produção pecuária quanto agrícola no município. No primeiro caso, com destaque para a avicultura de corte, a bovinocultura de corte (e também a mista) e a ovinocultura. Há indicação de que 10 UPAs desenvolvem atividades ligadas à equinocultura.

Em relação à produção agrícola, há uma variedade grande de cultivares, mas a maior parte dos quais em uma área total cultivada que não excede 10 hectares. As culturas agrícolas cuja área total de plantio supera 10 hectares são indicadas na tabela abaixo:

Tabela 2. Área Cultivada, Município de Vinhedo, Estado de São Paulo (2016/17)

CULTURA	N.DE UPAs	MÍNIMO	MÉDIO	MÁXIMO	TOTAL
Braquiaria	54	0,2	13,4	113,5	724,0
Eucalipto	17	0,1	24,8	375,0	422,0
Milho safra	5	1,0	43,3	197,5	216,5
Capim-gordura	14	0,8	8,1	25,5	113,4
Uva rustica	33	0,1	2,8	20,0	91,2
Capim-napier (ou capim-elefante)	9	0,8	2,7	11,0	24,4
Figo (ou figo-da-europa)	10	0,2	2,2	6,0	21,5
Gramas	7	0,3	2,7	7,3	18,6
Pinus	2	0,5	6,3	12,0	12,5
Tomate envarado	2	1,5	5,8	10,0	11,5

Fonte: Secretaria de Agricultura e Abastecimento, CDRS/IEA, Projeto LUPA.

A partir da quantidade de UPAs e os dados de produção já existente, notamos um potencial de realização de atividades agropecuárias no município. Por outro lado, o contato com agricultores revela inúmeras dificuldades para a manutenção, crescimento e consolidação de atividades agrícolas em Vinhedo. O próprio LUPA nos revela algumas pistas para entendermos o quadro de fragilidade da agricultura na cidade, dentre as quais destacamos o baixo grau de organização dos produtores bem como de seus acessos a assistência técnica e crédito:

Tabela 3. Organização associativa, acesso a assistência e crédito pelos produtores rurais de Vinhedo (2016/2017)

ITEM	Número de UPAs	Percentual
Faz Parte de Associação de Produtores	6	3,8
Faz Parte de Cooperativa de Produtores	1	0,6
Faz Parte do Sindicato de Produtores	32	20,5
Não utiliza assistência técnica	127	81,4
Utiliza somente assistência técnica governamental	12	7,7
Utiliza somente assistência técnica privada	13	8,3
Utiliza assistência técnica tanto governamental quanto privada	4	2,6
Utiliza Crédito Rural	12	7,7
Utiliza Seguro Rural	5	3,2

Fonte: Secretaria de Agricultura e Abastecimento, CDRS/IEA, Projeto LUPA.

Notamos assim uma porcentagem relativamente pequena de UPAs com vínculos associativos (Associação, Cooperativa e/ou Sindicato) e a maior parte das UPAs (81,4%) não utilizando assistência técnica.

É sabido que a pressão da especulação imobiliária levou à perda de terras agriculturáveis e à fragmentos florestais em Vinhedo. Percebemos isso claramente em relação a quantidade de Unidades de produção agropecuária e sua área ao longo de mais de duas décadas.

Tabela 4. Evolução do número de UPAs e área correspondente em Vinhedo

Data do Levantamento	Número de Unidades de Produção Agropecuária de Vinhedo	Área total das Unidades de Produção Agropecuária (em hectares)
1995/1996	289	4.836,60
2007/2008	226	3.191,90
2016/2017	156	2.540,10

Fonte: Secretaria de Agricultura e Abastecimento, CDRS/IEA, Projetos LUPA, 1995/96, 2007/08, 2016/17.

O alinhamento da política local com os interesses do setor imobiliário levou a ausência de ações consistentes do poder público para fomentar a agricultura na cidade. O resultado foi a perda expressiva tanto de propriedades agrícolas quanto da área dedicada a atividades agropecuárias em Vinhedo. Tanto o número de Unidades Agropecuárias quanto a área dessas unidades caíram praticamente pela metade entre 1995/96 e 2016/17. A falta de organização e o reduzido acesso a recursos técnicos e financeiros que apontamos acima são parte das consequências de um processo profundo de enfraquecimento das atividades agrícolas na cidade.

Ainda que haja um processo geral ao longo das últimas décadas de diminuição do peso relativo das atividades agrícolas em relação às atividades industriais e de serviços, entendemos que a pressão da especulação imobiliária aliada à fragilidade de políticas públicas direcionadas à área tem levado a um caminho de extinção de atividades agrícolas em Vinhedo.

Para revertermos esse processo, temos que entender a importância da agricultura na cidade, tanto no sentido de geração de empregos e renda, quanto no sentido de contribuir com a consciência e serviços ambientais para o município.

Propostas

1. Contribuir através do apoio de servidores públicos capacitados e de parcerias com Incubadoras de Cooperativas Populares (ITCPs) para aumentar o grau de organização dos agricultores;
2. Aumentar a quantidade de alimentos entregues para o Programa de Alimentação Escolar (PNAE) (programa este que inclusive tem dotação reservada para a agricultura familiar);
3. Fortalecer a Feira do Produtor de Vinhedo, estreitando os laços entre a população da cidade e os agricultores locais;
4. Contribuir para a criação de redes de consumo que articulem produtores e moradores a partir de experiências já existentes como a Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA);
5. Incentivar as práticas agrícolas sustentáveis em parcerias com a Casa de Agricultura e outras instituições de pesquisa e extensão da região. (Lembrando que 36,5% das UPAs responderam afirmativamente ao quesito “Faz Adubação Orgânica, quando necessário”, o que indica já existir referências de práticas agrícolas sustentáveis);
6. Articular o serviço de limpeza urbana para fornecer restos vegetais de podas e capina para os agricultores interessados em utilizá-los em suas práticas agrícolas;
7. Incentivar o ecoturismo e turismo ambiental nas propriedades agrícolas de Vinhedo, destacando tais iniciativas no circuito turístico da cidade. (Segundo o LUPA, somente 6 das 156 UPAs da cidade, ou 3,8% realizavam atividades de “turismo rural ou ecoturismo”);
8. Inserir agricultores com práticas sustentáveis no programa de Educação Ambiental a ser desenvolvido nas unidades de ensino municipais;
9. Criar um programa de incentivo à conservação de fragmentos florestais nas Unidades de Produção Agrícola, criando formas de valorizar os serviços ambientais prestados, especialmente aqueles ligados à preservação de nascentes;
10. Incentivar a realização de hortas urbanas em terrenos ociosos.

PLANEJAMENTO URBANO E SEGURANÇA

Planejamento e direito de viver bem na cidade

Quando observamos o desaparecimento da agricultura e das áreas verdes em Vinhedo, percebemos que a organização espacial da cidade não seguiu um plano racional atento à qualidade de vida da população. A dificuldade de acessar, circular e se apropriar de espaços públicos urbanos é uma consequência grave da falta de planejamento urbano. Dificuldades relacionadas à mobilidade e à segurança pública guardam relação com a forma com que as pessoas vivem a cidade.

Mobilidade

Defendemos uma cidade em que todos se entendam e possam viver como sujeitos de direitos. E as condições de se locomover pela cidade está diretamente relacionada com as possibilidades de acesso e usufruto aos direitos, sejam eles de saúde, educação, cultura, esporte ou lazer.

É preciso “democratizar os espaços, recursos e possibilidades de locomoção”. Calçadas irregulares, por exemplo, são um obstáculo à locomoção de todos, mas principalmente de idosos e deficientes. Inclusive, devido a problemas em calçamentos podem ocorrer intercorrências graves de saúde.

A democratização da locomoção também passa por garantir formas de transporte mais baratos. E a bicicleta é sem dúvida uma ótima opção nesse sentido. É preciso, por isso, ter um trabalho sério de estrutura de uma malha cicloviária em Vinhedo.

Outro problema que limita a locomoção é o alto preço do transporte coletivo. É preciso estabelecer os contratos com as empresas de transporte de forma a atender os interesses do usuário do transporte público, tanto em termos de preço quanto em termos dos fluxos. A demora na espera do ônibus faz com que muitas pessoas percam muito tempo de vida nos pontos de ônibus.

Propostas para o planejamento e mobilidade

1. Mapear o déficit habitacional do município e articular ações junto às outras esferas governamentais para equacioná-lo.

2. Reorganizar, revitalizar e expandir o sistema de ciclovias na cidade.
3. Planejar o sistema de transporte coletivo conforme os interesses dos usuários abaixando os preços e aumentando os horários.
4. Elaborar plano específico de recuperação e adequação do atual sistema viário em termos de trânsito, paisagismo, arborização, iluminação e implantação de melhoramentos para pedestres (calçadas e travessias seguras, sinalizadas e iluminadas).
5. Replanejar, ouvindo as demandas da população, as linhas, itinerários e horários de ônibus para melhor atender os moradores dos bairros.
6. Desenvolver estudos para implantação da Tarifa Zero no transporte coletivo para estudantes de famílias com vulnerabilidade social.
7. Aperfeiçoar ações de inteligência de trânsito no sentido de melhorar o tráfego na cidade.

Segurança Pública

Segurança não é nem sinônimo de polícia, nem de prisão. Segurança pública é o resultado da articulação de diversas políticas sociais visando a defesa, garantia e promoção da liberdade. Uma sociedade com muitas pessoas presas e tantas outras com medo não é uma sociedade segura, muito menos livre. Uma sociedade segura e livre tem que estar organizada em torno de uma cultura de direitos.

A segurança pública é competência legislativa dos estados e da União, aos municípios cabem ações de prevenção e da estruturação de guardas para a proteção ao patrimônio público municipal e atuação preventiva e orientadora em comunidades e, podem atuar também como auxiliares na segurança pública, utilizando-se do poder de polícia delegado aos municípios através artigo Nº 144, § 8º da Constituição Federal vigente e do Estatuto das Guardas Municipais (Lei Federal 13.022 / 2014). Além da instituição Guarda Municipal, a legislação conferiu a instituição dos CONSEGs (Conselho Comunitário de Segurança), que se encaixa perfeitamente à orientação do art. 144 da Constituição Federal do Brasil, quando diz que a preservação da ordem pública é dever do Estado, porém, direito e responsabilidade de todos. Contudo, a ideia do Conselho Comunitário de Segurança surgiu para criar um espaço onde todos poderiam se reunir e pensar estratégias de enfrentamento dos problemas de segurança, tranquilidade e insalubridade da comunidade, orientados pela FILOSOFIA DE POLÍCIA COMUNITÁRIA.

Entendemos que, no âmbito da segurança pública, é possível fortalecer as estruturas de segurança comunitária como CONSEGs e a Guarda Municipal com clara orientação

de atuar em uma perspectiva de preservação de direitos e em conjunto com a comunidade. Nossa filosofia de trabalho na segurança será o da prevenção, orientação, vigilância dos espaços públicos e principalmente focar a intervenção do poder público com investimentos sociais em bairros com alta vulnerabilidade social e índices de criminalidade.

Propostas para a segurança pública

1. Valorizar os GCMs e corrigir as necessidades de adequação do efetivo com novos concursos.
2. Oferecer treinamento e novos cursos para todos os GCMs para tratamento igualitário para atendimento de ocorrências com públicos vulneráveis, tais como negros, mulheres, LGBTQIA+ e moradores de rua.
3. Aprimorar o treinamento e capacitação relacionados ao atendimento de ocorrências ligadas à violência contra a mulher.
4. Investir em inteligência.
5. Trabalhar de forma integrada às políticas de lazer, esporte, cultura, educação e programas de inserção destinados à juventude.
6. Efetivar uma maior iluminação nas ruas e praças da cidade para reduzir a insegurança nos espaços públicos.
7. Fortalecer o CONSEG e ampliação da participação da comunidade.